

RETROSPECTIVA

BRASIL ← 2021

janeiro 2022

Coordenadora

Johanna Nublat

Autores

Johanna Nublat, Bruno Brandão, Joachim Stassart e Michael Freitas Mohallem

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em janeiro de 2022. No entanto, a Transparência Internacional - Brasil não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

Exceto se apontado de outra forma, este trabalho está sob licença CC BY-ND 4.0 DE. Citações são permitidas. Favor entrar em contato com a Transparência Internacional - Brasil - brasil@br.transparency.org - para tratar de pedidos para usar o relatório.



04 ↓ **INTRODUÇÃO**

10 ↓ **DESTAQUES POSITIVOS
E NEGATIVOS**

15 ↓ **RECOMENDAÇÕES**

20 ↓ **GOVERNO
FEDERAL**

44 ↓ **CONGRESSO
NACIONAL**

57 ↓ **JUDICIÁRIO**

81 ↓ **MINISTÉRIO PÚBLICO
FEDERAL E PGR**

92 ↓ **ESPAÇO CÍVICO**

INTRODUÇÃO



O ano de 2021 foi dramático para o Brasil. Estima-se que, entre janeiro e dezembro, 412 mil brasileiros perderam a vida para a Covid-19, mais que o dobro que no ano anterior. A pandemia tem sido particularmente trágica para o país, que assistiu incrédulo à morte de pelo menos 31 pessoas pela falta de oxigênio em Manaus, ao discurso negacionista do presidente Jair Bolsonaro e às revelações de corrupção e outros crimes atribuídos a agentes do Estado – entre eles o próprio presidente da República – pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19. Apesar das consequências nefastas destes crimes, há grande risco de não se alcançarem as devidas responsabilizações, graças à impunidade sistêmica de réus de colarinho branco no Brasil – agravada pelo processo de captura do Estado pelo atual governo.

Ao invés de priorizar a transparência e reforçar mecanismos de integridade para garantir alocação eficiente e justa dos recursos públicos frente à tragédia humanitária, o Brasil seguiu o caminho oposto. O país vem promovendo um desmanche dos marcos legais e institucionais anticorrupção que levou décadas para construir.

O Congresso Nacional atrofiou a Lei de Improbidade Administrativa com uma reforma a toque de caixa que extrapolou substancialmente as recomendações de aprimoramentos dos juristas. O Governo Federal avança na captura de órgãos de controle e de inteligência, cujo aparelhamento já não se presta a “apenas” blindar aliados, passando ao patamar muito mais perigoso da perseguição de adversários. Juntos, Legislativo e Executivo criaram o esquema do “orçamento secreto” – um retrocesso sem precedentes de transparência na alocação de

recursos públicos no Brasil. Da parte do Judiciário, uma série de decisões anularam sentenças confirmadas por múltiplas instâncias ou transferiram a competência para julgar casos de corrupção de modo generalizado, resultando em insegurança jurídica e prescrição de casos de macrocorrupção com graves consequências nos direitos humanos.

Se o arcabouço anticorrupção rui com rapidez, o governo Bolsonaro e seus aliados do “Centrão” erigem uma cada vez mais sólida “arquitetura da desresponsabilização”¹. O primeiro pilar dessa arquitetura foi fincado, em 2019, com a nomeação de um Procurador-Geral da República fora da lista tríplice, resultando em uma retração histórica nas funções da PGR de controle de constitucionalidade dos atos da Presidência da República e persecução penal de autoridades com foro privilegiado – atuação que foi premiada, em 2021, com a recondução do titular Augusto Aras a novo mandato.

O segundo pilar se consolidou em 2021, com a eleição de Arthur Lira para a presidência da Câmara dos Deputados. Fortalecido pelo controle que detém do “orçamento secreto” e responsável por uma gestão autoritária, marcada por retrocessos na transparência, participação e respeito ao devido processo legislativo, Lira exerce papel fundamental na blindagem do presidente Bolsonaro, mantendo em sua gaveta mais de uma centena de pedidos de impeachment.

Esta arquitetura que neutraliza os pilares jurídico e político do sistema de freios e contrapesos do Estado brasileiro não apenas garante impunidade de crimes gravíssimos e fartamente documentados, mas permite a franca deterioração do regime

democrático e um estado de permanente ameaça e riscos crescentes de ruptura institucional nas eleições de 2022.

Parte das instituições e da sociedade civil brasileira têm atuado como importante anteparo à degradação do estado democrático de direito. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) saiu em defesa do sistema eleitoral contra campanhas de desinformação e o Supremo Tribunal Federal (STF) se uniu frente aos ataques ao tribunal e seus membros, além de decisões dos ministros que vêm garantindo a implementação de políticas sanitárias sabotadas pelo governo e mitigando o desmanche de marcos protetivos de direitos e do meio ambiente.

Foto: Isac Nóbrega / PR



Mesmo atuando em contexto cada vez mais hostil, a imprensa brasileira vem cumprindo papel fundamental para garantir informações sonegadas pelo governo sobre o avanço da pandemia, investigando casos de corrupção na compra de vacinas e outros suprimentos, desvios de dinheiro público envolvendo a família do presidente da República e o grave esquema do “orçamento secreto”. Da mesma forma, as organizações da sociedade civil vêm resistindo ao desmonte dos espaços institucionais de participação e retrocessos no acesso à informação pública. Persistindo em seu papel de denúncia e reivindicação, vêm alcançando vitórias na conscientização da comunidade internacional, na obtenção de decisões judiciais e na mobilização de setores historicamente marginalizados da sociedade brasileira contra violações de direitos, a degradação ambiental, a impunidade da corrupção e a erosão democrática.

Neste esforço de documentação, ano a ano, a Transparência Internacional - Brasil busca confrontar a desinformação sobre a luta contra a corrupção, defender a legitimidade e importância desta causa, persistir na busca de soluções e, sempre, recordar o que ela realmente significa: uma luta por direitos.

DIA INTERNACIONAL
CONTRA a
CORRUPÇÃO
2021

CONTROLADORIA GERAL
DA UNIÃO



Foto: Cláuber Cleber Caetano / PR



DESTAQUES POSITIVOS E NEGATIVOS



POSITIVOS

- O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuaram como importante anteparo a empreitadas antidemocráticas, da parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, saindo em defesa do sistema eleitoral brasileiro e atuando contra a desinformação e os ataques às instituições;
- Atuação do STF para garantir políticas de controle da pandemia da Covid-19 obstruídas pela inoperância e negacionismo na gestão do governo federal;
- A CPI da Covid-19 conseguiu investigar e documentar fartamente a corrupção e outros crimes graves atribuídos a agentes públicos e privados no contexto da pandemia, que potencializaram a tragédia humanitária no Brasil;
- Envio pelo Governo Federal ao Congresso de um projeto de lei para regulamentar o lobby;
- Ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) fixando obrigações para prevenir lavagem de dinheiro ligada ao tráfico de vida selvagem, exploração ilegal da madeira e lavagem de gado, e para melhorar a rastreabilidade do ouro e o combate à mineração ilegal;
- Congresso aprovou projeto, já sancionado pelo presidente Bolsonaro, que acaba com o sigilo de renúncias e incentivos fiscais de pessoas jurídicas;



➤ Mesmo sob ataques frequentes por parte do presidente Bolsonaro e seus aliados, a imprensa brasileira teve papel crucial na revelação de esquemas de corrupção no contexto da pandemia e do uso político de verbas do “orçamento secreto”.

NEGATIVOS

- Grave retrocesso na transparência do Orçamento da União através da aliança do Governo Federal com o bloco parlamentar do “Centrão” no esquema conhecido como “orçamento secreto”, envolvendo a distribuição de bilhões de reais sem transparência e mecanismos regulares de controle;
- Esquemas de macro corrupção no Ministério da Saúde, apontados pela imprensa e pela Comissão Parlamentar de Inquérito, no contexto da tragédia humanitária da COVID-19,
- Captura política da Polícia Federal e grave ingerência sobre órgãos de controle e de inteligência estatais (Receita Federal, COAF, Abin, DRCI/MJSP, CGU);
- Ataques frontais do presidente Bolsonaro contra instituições eleitorais e ameaças ao Supremo Tribunal Federal e seus membros elevam gravemente o risco de ruptura democrática;
- Série de decisões que anularam sentenças confirmadas por múltiplas instâncias ou transferiram a competência para julgar casos de corrupção de modo generalizado, provocando insegurança jurídica, prescrição de crimes e impunidade de casos de macro corrupção com graves consequências nos direitos humanos;
- Retração acentuada da transparência, participação e respeito ao devido processo legislativo na Câmara dos Deputados sob a presidência de Arthur Lira;

- Reforma da Lei de Improbidade Administrativa, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Bolsonaro, que extrapolou as recomendações do grupo de especialistas que propunham aperfeiçoamentos à legislação e ampliou gravemente os riscos de impunidade;
- Alinhamento sistemático da PGR com o governo Bolsonaro, com retração sem precedentes na função de controle constitucional dos atos do governo e desmobilização do enfrentamento à macro corrupção;
- Desmonte das políticas públicas e do sistema de governança ambiental, gerando paralisação de multas, perseguição de agentes, impunidade de crimes ambientais ligados à corrupção e taxas recordes de desmatamento na Amazônia;
- Deterioração continuada do espaço cívico, com o desmonte de mecanismos institucionalizados de participação, retrocesso na transparência e acesso à informação pública, disseminação sistemática de fake news por agentes e canais públicos, além de graves ataques à imprensa e fortes indícios de monitoramento ilegal de cidadãos.

RECOMENDAÇÕES



PARA O GOVERNO FEDERAL

- Cessar a interferência política e promover a autonomia das instituições de controle, especialmente a Polícia Federal, a Receita Federal, o COAF, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), a Controladoria Geral da República (CGU) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e protegê-los de ingerências externas;
- Respeitar plenamente a independência do Ministério Público e de outros órgãos externos de fiscalização;
- Assegurar total transparência orçamentária e cessar o uso de mecanismos opacos de negociação política;
- Respeitar integralmente a Lei de Acesso à Informação e abster-se de divulgar informações falsas, em particular sobre a pandemia da Covid-19 e as eleições de 2022, e de atacar instituições democráticas com falsas alegações;
- Garantir plenamente os direitos constitucionais da imprensa e abster-se de assediar os jornalistas;
- Garantir a participação cívica, abster-se de perseguir ativistas e acadêmicos e estabelecer mecanismos rígidos de transparência e controle para a aquisição e uso de ferramentas de vigilância.

- Remover do cargo funcionários de alto escalão do governo que estejam sob investigação por corrupção e delitos relacionados;
- Remover do cargo qualquer funcionário investigado por crimes ambientais e restabelecer a participação social nas instâncias de monitoramento vinculadas às políticas ambientais.

PARA O CONGRESSO NACIONAL

- Estabelecer mecanismos rígidos de transparência, controle e integridade para o processo de deliberação do orçamento da União, evitando a alocação de recursos puramente baseada em critérios políticos e o risco de corrupção nas emendas parlamentares ao orçamento;
- Assegurar que um novo regimento interno da Câmara dos Deputados garanta efetivamente a transparência, a participação e o respeito ao devido processo legislativo;
- Melhorar significativamente o controle democrático do processo de validação das nomeações presidenciais para altos cargos, com especial escrutínio nas nomeações para a Procuradoria Geral da República, tribunais superiores e agências de controle, reforçando os mecanismos de “freios e contrapesos” (checks and balances) contra o processo de captura do estado;
- Deliberar e aprovar reformas anticorrupção, com base em propostas de especialistas brasileiros reunidas no pacote legislativo das Novas Medidas Contra a Corrupção;



- Garantir que as reformas atualmente discutidas para a lei de combate à lavagem de dinheiro (Lei 12.683/2012) melhorem suas disposições para a era digital e a cooperação internacional e evitem retrocessos no texto legal;
- Assegurar que as reformas atualmente discutidas à lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016) não abram espaço para abusos e criminalização de organizações da sociedade civil;
- Rejeitar o projeto de lei que pretende legalizar os jogos de azar no Brasil, sob risco de se aumentar extraordinariamente a lavagem de dinheiro no país;
- Retomar a atividade da Comissão de Ética do Senado Federal.

PARA O JUDICIÁRIO

- Manter e fortalecer a resistência contra avanços autoritários e o desmantelamento de marcos legais e institucionais de proteção de direitos, com atenção especial às ameaças ao processo eleitoral de 2022;
- Garantir que as decisões dos tribunais superiores que revertam a jurisprudência e/ou produzam efeitos sistêmicos sejam votadas pela composição plena de seus membros e respeitando a razoável duração dos processos, evitando a instabilidade das decisões judiciais e a impunidade;
- Assegurar que a interpretação e aplicação das recentes reformas da Lei de Improbidade Administrativa melhorem a segurança jurídica dos gestores

públicos de boa-fé, mas não abram espaço para o aumento da impunidade da corrupção.

PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

- Garantir a independência política da Procuradoria Geral da República para que cumpra seu papel de controle constitucional e responsabilização dos atos das autoridades sob sua jurisdição, atuando incisivamente contra o desmantelamento dos marcos legais e institucionais de proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, os ataques às instituições democráticas e campanhas de desinformação com disseminação de fake news;
- Investigar efetivamente as evidências de crimes reveladas pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a gestão do governo Bolsonaro na pandemia de COVID-19 e atuar com independência para as devidas responsabilizações pelo agravamento da tragédia humanitária;
- Promover amplo debate, envolvendo o Conselho Superior do Ministério Público e pareceres técnicos internos, sobre as melhores estruturas e mecanismos para aprimoramento do modelo de trabalho conjunto das “forças tarefas”, em complemento aos GAECOs, além de assegurar, a ambas as instâncias, os recursos necessários e sistema de governança para realizarem adequadamente as investigações contra a macrocriminalidade, resguardando-as de interferências políticas internas e externas.



Foto: Alan Santos / PR

GOVERNO

FEDERAL

O que se observou, no ano de 2021, foi o aprofundamento da tendência, já observada em anos anteriores², de interferência política e pressão contra a independência de órgãos de controle e persecução da corrupção no Brasil. Ao mesmo tempo, o país testemunhou importantes golpes à transparência, seja para blindar o governo de críticas³ e de responsabilização, seja para ampliar a base de apoio político⁴ de um presidente sob a mira de investigações contra si próprio, seus familiares e aliados, e sob pressão pela perspectiva da disputa eleitoral de 2022⁵.

INVESTIGAÇÕES CONTRA O NÚCLEO DO GOVERNO

O Presidente Jair Bolsonaro vem adotando sistematicamente o discurso de que não há corrupção em seu governo⁶. Inúmeros episódios, no entanto, trouxeram à tona fortes indícios de envolvimento em esquemas de corrupção de membros do alto escalão do governo e aliados políticos, além do próprio presidente da República e seus familiares. Mas investigações e processos vêm sendo interditados pela cooptação de autoridades e a impunidade sistêmica da grande corrupção no Brasil – ambos aspectos agravados nos três anos do governo de Jair Bolsonaro.

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal, dedicada a investigar ações e omissões do governo federal no gerenciamento da pandemia da Covid-19, revelaram tratativas suspeitas para a compra de vacinas: 1) Suspeitas de irregularidades na negociação de uma vacina indiana (a Covaxin), incluindo uma possível interferência política⁷ sobre a área técnica do Ministério da Saúde para acelerar o processo; 2) Alegações de que um cargo comissionado do Ministério da Saúde teria cobrado propina⁸ em troca de fechar outro contrato para a aquisição de vacinas contra a Covid-19; e 3) Um encontro, deixado de fora da agenda do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para discutir a compra



da vacina Coronavac, por meio de uma empresa intermediária, por quase três vezes o preço⁹ já negociado pelo governo federal com o laboratório público Instituto Butantan.

Em seu relatório final, divulgado em outubro, a CPI pediu o indiciamento de duas empresas e de 65 pessoas¹⁰, entre as quais estavam quatro ministros (incluindo o chefe da Controladoria-Geral da União, ministro Wagner Rosário, por prevaricação), dois ex-ministros (incluindo Pazuello, por epidemia com resultado morte, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, comunicação falsa de crime e crime contra a humanidade), três filhos do presidente Bolsonaro (Carlos, Flávio e Eduardo, por incitação ao crime), além de assessores do governo, deputados, médicos e empresários apoiadores do governo Bolsonaro. Ao próprio presidente Bolsonaro são atribuídos nove crimes, incluindo o de prevaricação¹¹ pelo caso da vacina indiana, já que o presidente teria deixado de comunicar à Polícia Federal sobre as suspeitas de interferência política de que teria sido informado em março de 2021.

Pelo caso da vacina Covaxin, um grupo de senadores enviou uma notícia-crime ao STF¹² para que o presidente fosse investigado. Consultada pela ministra Rosa Weber, do Supremo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) opinou que se aguardasse o fim da CPI¹³ antes de decidir sobre a investigação, o que foi negado pela ministra. Segundo Weber, ao optar por esperar, a PGR “desincumbiu-se de seu papel constitucional”¹⁴.



Em outra frente, em junho de 2021, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles pediu demissão do governo¹⁵ na esteira de duas investigações abertas no Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de duas operações da Polícia Federal. Em maio, Salles e outros gestores do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) foram alvo de busca e apreensão¹⁶, além de quebra de sigilo, durante a Operação Akuanduba, que investigou a existência de um esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais a partir de uma mudança normativa que atendeu à solicitação de empresas do setor, apesar da opinião contrária levantada pela área técnica do governo, e que teria regularizado mais de 8 mil cargas de madeira exportada ilegalmente do país¹⁷, segundo a Polícia Federal. A quebra dos sigilos do então ministro foi autorizada após um relatório do COAF (Conselho de Controle das Atividades Financeiras) identificar “movimentação extremamente atípica envolvendo o escritório de advocacia”¹⁸ do qual o ministro era sócio. Segundo publicado pela imprensa, Salles renunciou após saber que seria preso¹⁹ por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal. Sem o cargo de ministro, e conseqüentemente foro privilegiado, o caso foi enviado à Justiça Federal no Pará²⁰.

Um segundo inquérito aberto no STF contra Salles partiu de uma notícia-crime²¹ elaborada, em abril, pelo então superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Alexandre Saraiva. Naquele

caso, Salles foi acusado de obstrução de investigação ambiental, advocacia administrativa e organização criminosa por supostamente beneficiar madeireiros que tinham sido alvo da Operação Handroanthus, em que houve a maior apreensão de madeira nativa²² da história do país. Um dia após enviar ao STF a notícia-crime contra Salles, o delegado Saraiva foi substituído²³ (leia mais abaixo).

DESMONTE DA POLÍTICA AMBIENTAL

Diversos elementos apontam para o desmanche da governança ambiental no Brasil, o que favorece a corrupção, a fraude e a lavagem de dinheiro vinculados a crimes ambientais.

2021 começou com a perspectiva de que o Ministério do Meio Ambiente e outros dois órgãos da área teriam o menor orçamento desde 2000²⁴ – uma redução drástica foi, de fato, aprovada pelo Congresso, apesar de a campanha da sociedade civil “Floresta Sem Cortes” pressionar pela reposição orçamentária. Em novembro do mesmo ano, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou um aumento de quase 22% na taxa de desmatamento da Amazônia²⁵, atingindo 13.235 km², um recorde desde 2006.

Outro percalço identificado na governança ambiental foi a paralização radical das multas por infrações ambientais aplicadas pelo governo federal. Um estudo do WWF Brasil, divulgado em dezembro, apontou que 98% dos autos de infração²⁶ lavrados pelo IBAMA depois do estabelecimento de um mecanismo de conciliação, em 2019, adicionando mais uma etapa obrigatória

do processo administrativo sem criar as capacidades necessárias para cumprir essa missão, ficaram paralisados pelo menos até maio de 2021. No início de 2022, em evento do setor agrícola, Bolsonaro comemorou a queda na aplicação de multas²⁷ no campo: "Paramos de ter grandes problemas com a questão ambiental, especialmente no tocante à multa. Tem que existir? Tem. Mas conversamos e nós reduzimos em mais de 80% as multagens no campo."

Em outubro, a ONG austríaca AllRise denunciou o presidente Bolsonaro e outros integrantes de seu governo, junto ao Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, por crimes contra a humanidade²⁸. Foi mais uma tentativa de responsabilizar o presidente e seu governo pela crise ambiental na Amazônia e crimes relacionados, bem como combater a impunidade pelas políticas e omissões que fomentaram a crise. A denúncia se segue a outra, apresentada em agosto, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil²⁹ por genocídio e crimes contra a humanidade.

ENCCLA FORTALECE AÇÕES ANTI-LAVAGEM NO SETOR AMBIENTAL

Em dezembro, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), principal fórum brasileiro que reúne instituições públicas relevantes para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, aprovou uma proposta da Transparência Internacional Brasil de renovar a Ação 10/2021³⁰ para 2022 sobre a mobilização de instrumentos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro contra crimes ambientais. Já no ano passado, a ação 10/2021 apresentou resultados positivos, como o endosso de uma recomendação³¹ elaborada pela TI Brasil para estabelecer uma norma específica para fixar obrigações preventivas contra a lavagem de dinheiro para os atores envolvidos na “comercialização de bens de valor de origem rural ou animal”. A recomendação aborda explicitamente o tráfico de vida selvagem, exploração ilegal de madeira e lavagem de gado como alguns dos crimes para os quais devem ser adotadas obrigações específicas contra a lavagem de ativos. A proposta foi submetida pela ENCCLA ao COAF, Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e IBAMA.



Em outra ação executada no ano passado e proposta pela TI Brasil em 2020 (Ação 3/2021), a ENCCLA analisou as diferentes possibilidades para melhorar a rastreabilidade do ouro e o combate à mineração ilegal. A ENCCLA recomendou³², entre outros: 1) À Agência Nacional de Mineração, que adote uma norma regulatória para estabelecer obrigações específicas contra a lavagem de dinheiro para prevenir a “lavagem de ouro” e esclarecer a regulamentação sobre quem está autorizado a comprar ouro de mineradores de pequeno porte; 2) À Receita Federal, o estabelecimento da nota fiscal eletrônica para transações de ouro para facilitar possíveis controles e investigações sobre “lavagem de ouro”; 3) Às associações setoriais, o fortalecimento de mecanismos de compliance pelos atores envolvidos nas transações de ouro. A ENCCLA também decidiu trabalhar em um novo marco regulatório³³ para prevenção da lavagem de dinheiro no comércio de metais preciosos sob a coordenação do COAF.

Esses esforços estão alinhados com as iniciativas do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), que, nos últimos anos, fez dos crimes ambientais uma de suas prioridades³⁴ e desenvolveu análises sobre a ainda pouco explorada relação entre crimes ambientais e lavagem de dinheiro³⁵.

Em outubro, uma investigação levada a cabo por um consórcio internacional de jornalistas investigativos, apelidada de Pandora Papers³⁶, revelou que o ministro da Economia do presidente Bolsonaro, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, têm empresas offshore³⁷ respectivamente nas Ilhas Virgens e no Panamá.

Os advogados do ministro afirmaram que ele não fez nada ilegal nem agiu em conflito de interesses³⁸, que Guedes se afastou da gestão do investimento offshore em 2018 e não transferiu dinheiro para o exterior desde que entrou para o governo.

O ministro foi criticado por ter potencialmente incorrido em conflito de interesses, devido à sua influência sobre mudanças na legislação sobre empresas offshore. Como noticiado, em julho, Guedes foi a favor de excluir de um projeto de lei³⁹ um mecanismo que iria tributar empresas offshore, dizendo que a proposta era muito complicada.

Já uma das offshores de Campos Neto teria sido fechada em outubro de 2020⁴⁰, 18 meses depois que ele assumiu o cargo de presidente do Banco Central. Questionado após a divulgação do Pandora Papers, Campos Neto declarou⁴¹ ter informado previamente as autoridades públicas brasileiras sobre suas offshores, e disse que, após assumir o cargo público, não enviou dinheiro às empresas nem participou de sua gestão e investimentos.

Em meio às denúncias e investigações abertas envolvendo seu governo, aliadas à pressão pelo

número alarmante de mortos pela pandemia da Covid-19⁴² e à volta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à disputa eleitoral de 2022⁴³, o Presidente Bolsonaro intensificou os ataques ao sistema eleitoral brasileiro e deu declarações que ameaçavam um rompimento democrático⁴⁴. A tensão subiu, no início de agosto, quando o presidente participou de um curto desfile de tanques militares⁴⁵, na Praça dos Três Poderes, poucas horas antes de a Câmara dos Deputados votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que poderia estabelecer o voto impresso, uma medida defendida pelo presidente e seus apoiadores, mas rechaçada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ser vista como uma maneira de “potencializar o discurso de fraude”⁴⁶. A PEC acabou sendo rejeitada⁴⁷.

Menos de um mês depois, nas celebrações do 7 de setembro⁴⁸, o presidente Bolsonaro disparou ameaças contra o STF, declarou que poderia não cumprir decisões adotadas pelo tribunal e afirmou que “só Deus” o tiraria de Brasília. Dez dias depois dos atos pelo 7 de setembro, uma pesquisa do Datafolha⁴⁹ mostrou que metade da população brasileira temia um golpe de Estado da parte do presidente da República.

Os ataques sistemáticos do presidente ao sistema eleitoral levaram o TSE a aprovar, em agosto, a abertura de um inquérito administrativo⁵⁰ instaurado de ofício, para investigar denúncias lançadas por autoridades de fraudes ao sistema eleitoral — e averiguar possível abuso de poder econômico e

político por parte do presidente. Ao mesmo tempo, o TSE enviou uma notícia-crime ao STF⁵¹ para que Bolsonaro fosse incluído como investigado no inquérito das “Fake News” por razão de uma live, ocorrida em julho, em que o presidente diz que poderia comprovar fraudes nas urnas eletrônicas. Em 4 de agosto, o pedido foi atendido pelo ministro do STF Alexandre de Moraes⁵².

Pouco mais de duas semanas depois da inclusão de Bolsonaro no inquérito das “Fake News”, e apenas horas depois de uma operação da Polícia Federal⁵³ – autorizada também pelo ministro Moraes – atingir apoiadores do presidente, a Presidência da República entregou ao Senado Federal um pedido de impeachment contra o ministro Moraes⁵⁴, uma medida inédita na história brasileira. O pedido de impeachment foi rejeitado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco⁵⁵, com alegações de falta de adequação legal e pela preservação da independência entre os Poderes.

ATALHOS PARA A GOVERNABILIDADE

Com o governo mergulhado em investigações e críticas pela condução da pandemia e da economia, Bolsonaro viu sua popularidade cair, principalmente a partir de meados de 2020, rejeição que se intensificou em 2021. Em janeiro do ano passado, 40% dos brasileiros⁵⁶ classificavam seu governo como ruim ou péssimo, segundo pesquisa do Datafolha. A reprovação do governo foi subindo progressivamente, até chegar a 53% de ruim ou péssimo⁵⁷ nas pesquisas de setembro e dezembro. O patamar de rejeição ao presidente foi classificado como um “fiasco histórico” pelo instituto de pesquisa⁵⁸, pelo fato de as pesquisas indicarem Bolsonaro como o presidente mais mal avaliado na história recente do país quando comparado com seus antecessores ao final de três anos de mandato.

Em meio a esse complexo contexto social e político, o governo adotou estratégias de governabilidade que afetaram diretamente a transparência do Estado, a autonomia e a independência política de instituições cruciais para a condução das políticas públicas e, principalmente, dos órgãos de controle.

Uma estratégia especialmente grave em 2021 foi o chamado “orçamento secreto”⁵⁹, mecanismo pelo qual o governo Bolsonaro pode direcionar um volume bilionário de verbas federais do orçamento da União, canalizadas por meio de um tipo específico de emendas parlamentares (de relator), em troca da blindagem no Congresso Nacional



de seu governo frente a mais de uma centena de pedidos de impeachment e apoio político em votações cruciais para o governo (leia mais na seção Congresso Nacional). Além de aumentar extraordinariamente o volume de recursos direcionados politicamente por parlamentares, sem necessariamente cumprir com a melhor alocação das verbas destinadas a custear políticas públicas, o mecanismo diminuiu a transparência de informações e a capacidade de controle sobre a destinação das emendas parlamentares.

O segundo mecanismo empregado foi o aprofundamento da ingerência em órgãos estatais, seja para atender a demandas políticas do próprio governo ou a de aliados, seja para garantir impunidade frente a ameaças dos órgãos de controle – uma tendência que já vinha sendo denunciada pela Transparência Internacional Brasil desde 2019⁶⁰. Como no ano anterior, quando o presidente Bolsonaro foi publicamente acusado pelo então ministro da Justiça e ex-juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, de tentar interferir na Polícia Federal em benefício próprio⁶¹, em 2021, a PF também foi alvo de intensa pressão.

Desde abril do ano passado, a corporação está sob o comando de um novo Diretor-Geral, o delegado Paulo Maiurino, de perfil político e bom trânsito entre políticos e integrantes da alta cúpula do Judiciário⁶², contatos amalhados em mais de dez anos trabalhando fora da corporação, em cargos de confiança na Câmara dos Deputados, nos governos do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio de Janeiro, no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No STJ, Maiurino esteve à frente de inquérito aberto

de ofício pelo tribunal para apurar se seis procuradores da Lava Jato tentaram investigar ilegalmente e intimidar integrantes do próprio STJ — inquérito suspenso liminarmente pelo STF⁶³.

Substituições de delegados em posições chave, já sob Maiurino, soaram o alerta para o risco de interferências políticas sobre investigações sensíveis para o governo, como a troca dos superintendentes do Distrito Federal — praça responsável por inquéritos contra o presidente Bolsonaro, seu filho Jair Renan e o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles⁶⁴ —, e de São Paulo — colocando na superintendência de um Estado governado por um opositor ao governo um delegado que, até então, trabalhava no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República⁶⁵ —, e a troca do delegado responsável por investigações de políticos com foro privilegiado, que pouco antes havia apontado ilegalidades no inquérito do STJ⁶⁶ contra os seis procuradores da Lava Jato.

O caso mais emblemático, no entanto, foi o afastamento do superintendente da PF no Amazonas um dia após o delegado enviar ao Supremo uma notícia-crime⁶⁷ contra o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o senador Telmário Mota. Dois meses depois, em junho, outro delegado perdeu o cargo de chefia⁶⁸ apenas semanas depois de coordenar uma operação da Polícia Federal que fez buscas contra Salles.

Episódios de interferência também foram relatados em outros órgãos durante o último ano. Em novembro, a diretora do Departamento de

Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), a delegada Silvia Amelia da Fonseca, perdeu o cargo⁶⁹ após encaminhar às autoridades americanas a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes pela prisão e extradição do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, investigado em dois inquéritos do Supremo⁷⁰ — um por desinformação e outro por apoio a atos antidemocráticos. Segundo relatado pela imprensa, o secretário nacional de Justiça, Vicente Santini, amigo dos filhos do presidente Bolsonaro, buscou retardar o processo de extradição do blogueiro⁷¹, mas foi pego desprevenido pelo envio dos documentos pela diretora do DRCI, que apenas cumpriu com os protocolos de extradição. Outras duas funcionárias ligadas ao caso do blogueiro também perderam seus cargos⁷².

A Receita Federal também tem sido alvo de fortes pressões desde o início do governo Bolsonaro. Em dezembro de 2021, José Tostes Neto deixou o cargo de secretário-especial da Receita Federal⁷³, supostamente após conflito com o senador Flávio Bolsonaro⁷⁴, filho do presidente Bolsonaro, a respeito da indicação de um nome para a corregedoria-geral do órgão, o que poderia ter impacto no processo que o senador responde pelo caso da "rachadinha" (veja mais na seção Judiciário). Desde o ano anterior, o senador tenta emplacar a narrativa, inclusive prospectando apoio entre órgãos do governo⁷⁵, de que os relatórios do COAF que embasaram a denúncia contra ele tiveram uma origem ilegal na Receita Federal. Segundo publicado pela imprensa, Tostes Neto deixou o

cargo por decisão direta do presidente Bolsonaro⁷⁶, e seu substituto foi previamente aprovado pelo senador Flávio Bolsonaro⁷⁷.

Em 2020, o governo Bolsonaro já havia sido acusado de interferir na avaliação técnica das vacinas contra a Covid-19 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Em novembro daquele ano, o presidente escreveu em uma rede social que a suspensão, pela ANVISA, de testes clínicos da CoronaVac, a vacina impulsionada pelo Instituto Butantan e pelo governador de São Paulo, João Dória, seu adversário político, era “mais uma que Jair Bolsonaro ganha”⁷⁸. A suspensão, que durou apenas dois dias, foi criticada pelo governo Dória como uma tentativa de “desmoralização” da vacina⁷⁹.

O embate de Bolsonaro com as vacinas contra a Covid-19 continuou ao longo dos últimos meses, culminando em dois episódios graves, em dezembro de 2021. Em um deles, o presidente disse que havia solicitado, extraoficialmente, os nomes dos técnicos da agência⁸⁰ que haviam autorizado o uso de uma das vacinas para crianças, pedido que recebeu o apoio do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga⁸¹, apesar das recorrentes ameaças de morte enviadas aos e-mails de funcionários e diretores da ANVISA. No mesmo mês, o ministro do STF Alexandre de Moraes deu um prazo de 48 horas para que o presidente se explicasse sobre um possível caso de intimidação dos funcionários⁸².

TROCAS NO CADE

Em 2021, o presidente Jair Bolsonaro indicou Alexandre Cordeiro Macedo e Alexandre Barreto para assumirem, respectivamente, a Presidência e a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Isso significa que os dois Alexandres invertiriam funções⁸³, já que se encerraram pouco antes os mandatos de Cordeiro como superintendente-geral e o de Barreto como presidente de CADE.

Em julho, o Senado aprovou a indicação de Cordeiro⁸⁴, ligado o senador Ciro Nogueira, uma das lideranças do Centrão. Barreto ainda espera a votação de seu nome⁸⁵.

Essa troca de funções, entre presidente e superintendente, é inédita⁸⁶ no conselho e é alvo de críticas, já que levanta a possibilidade de que a mesma pessoa que supervisionou uma investigação possa vir a julgar o caso.

PROJETO DO LOBBY E OUTRAS MEDIDAS

Em dezembro, o governo federal enviou ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o lobby⁸⁷, uma discussão que se arrasta há anos em Brasília. A proposta, encabeçada pela Controladoria-Geral da União (CGU), abarca "a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos" em todos os níveis da administração. O texto estabelece princípios de transparência e integridade, e define conceitos, vedações e como será feita a responsabilização para os infratores de lei – no Executivo federal, caberá à CGU comandar os processos administrativos. De acordo com a justificativa do projeto, o texto pretende "atender a compromissos internacionais anticorrupção assumidos pelo Brasil, a exemplo da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU), da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) e da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)".

O projeto de regulamentação do lobby foi lançado ao mesmo tempo que um decreto que altera decretos anteriores voltados a aperfeiçoar a proteção de denunciantes de atos praticados contra a administração pública⁸⁸, e outro decreto para aperfeiçoar a divulgação de agendas das autoridades⁸⁹ ao instituir o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal (e-Agendas). Regulamentações anteriores já estipulavam a divulgação das agendas por autoridades⁹⁰, mas eram descumpridas⁹¹.

Outra ação de destaque em 2021 foi estabelecer a publicação das notas fiscais eletrônicas⁹² de compras e serviços adquiridos pelo governo federal no Portal da Transparência, feita pela CGU em colaboração com a Secretaria Especial da Receita Federal.

Essas quatro medidas fazem parte do Plano Anticorrupção lançado pelo governo em 2020. Boletim de acompanhamento⁹³ do plano indica que, das ações previstas para 2020 e 2021, 67% foram concluídas e 31% delas tiveram o prazo prorrogado.

PONTOS POSITIVOS

GOVERNO FEDERAL

- Envio ao Congresso de um projeto de lei para regulamentar o lobby, assim como a assinatura de decretos para aperfeiçoar a proteção aos denunciantes e a divulgação das agendas pelas autoridades; a publicação das notas fiscais eletrônicas de produtos e serviços comprados pelo governo federal também foi um destaque positivo;
- Ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) para fixar obrigações de prevenção de lavagem de dinheiro ligada ao tráfico de vida selvagem, exploração ilegal da madeira e lavagem de gado, e para melhorar a rastreabilidade do ouro e o combate à mineração ilegal; COAF, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Banco Central lançaram a primeira Avaliação Nacional de Riscos (ANR)⁹⁴ abarcando ameaças, vulnerabilidades e capacidade de prevenção e de combate do país à lavagem de dinheiro e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa;
- O COAF editou resoluções para atualizar o rol de pessoa exposta politicamente (PEP)⁹⁵, ampliar⁹⁶ e aprimorar orientações⁹⁷;
- Instâncias coordenadas pelo Ministério da Justiça atuaram na capacitação de mais de 3.000 agentes públicos nos temas de corrupção e lavagem de dinheiro;

PONTOS NEGATIVOS

GOVERNO FEDERAL

- Grave retrocesso na transparência do Orçamento da União através da aliança do governo federal com o bloco parlamentar do “Centrão”, no esquema conhecido como “orçamento secreto”, envolvendo a distribuição de bilhões de reais sem transparência e mecanismos regulares de controle;
- Esquemas de macrocorrupção no Ministério da Saúde, apontados pela imprensa e pela Comissão Parlamentar de Inquérito, no contexto da tragédia humanitária da COVID-19;
- Captura política da Polícia Federal e grave ingerência sobre órgãos de controle e de inteligência estatais (Receita Federal, COAF, Abin, DRCI/MJSP, CGU);
- Ataques frontais do presidente Bolsonaro contra instituições eleitorais e ameaças ao Supremo Tribunal Federal e seus membros elevam gravemente os riscos de ruptura democrática;
- Desmonte das políticas públicas e do sistema de governança ambiental, gerando paralisação de multas, perseguição de agentes, impunidade de crimes ambientais ligados à corrupção e taxas recordes de desmatamento na Amazônia;
- Investidas crescentes do governo contra o espaço cívico, com o desmonte de mecanismos

institucionalizados de participação, retrocesso na transparência e acesso à informação pública, disseminação sistemática de *fake news* por agentes e canais públicos, além de graves ataques à imprensa e fortes indícios de monitoramento ilegal de cidadãos (ver mais na seção Espaço Cívico);



Foto: Roque de Sá / Agência Senado

CONGRESSO NACIONAL

Em 2021, o Congresso Nacional foi um dos focos de atenção devido à aproximação do presidente Jair Bolsonaro com o “Centrão” e devido a um retrocesso sem precedentes na transparência, na participação e no respeito ao devido processo legislativo na Câmara dos Deputados sob a presidência de Arthur Lira. Os maiores destaques negativos no período foram a reforma da Lei de Improbidade Administrativa e o chamado “orçamento secreto”.

O “ORÇAMENTO SECRETO”

Um dos instrumentos de governabilidade (veja mais na seção Governo Federal) amplamente usado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro em 2021 foi a canalização de um volume bilionário de recursos do orçamento federal por meio de um tipo de emendas parlamentares criadas em 2019⁹⁸, as chamadas emendas de relator. Segundo relatado pela imprensa em mais de uma ocasião, o governo autorizou o pagamento de enormes somas de emendas deste tipo para garantir apoio em votações importantes⁹⁹ e blindagem frente a mais de uma centena de pedidos de impeachment.

Calcula-se que, somente em 2021, R\$ 16 bilhões foram reservados para as emendas de relator¹⁰⁰, sendo que R\$ 6,4 bilhões foram efetivamente pagos durante o ano.

O mecanismo reduz a transparência e accountability sobre o uso dos recursos orçamentários e infringe leis e a Constituição Federal brasileira. Parte desses recursos foi usado na aquisição de tratores e equipamentos agrícolas por valores que superavam em muito preços de referência¹⁰¹ fixados pelo governo.

Em novembro, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber chegou a suspender a execução das emendas¹⁰², pelo governo, pela

falta de transparência sobre quem eram os deputados e senadores por trás da destinação das emendas, e pelo fato de haver um grupo seletivo de parlamentares que eram privilegiados com a possibilidade de direcionar maior volume de recursos a suas bases eleitorais. A suspensão foi confirmada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal¹⁰³ poucos dias depois da decisão monocrática proferida pela ministra Rosa Weber.

Em uma rápida reação ao Supremo, no mesmo mês de novembro, o Congresso aprovou novas regras para a execução das emendas de relator¹⁰⁴ e um limite de gastos nessa função. O projeto de resolução aprovado, no entanto, deixou brechas¹⁰⁵ para que a falta de transparência seja mantida na destinação das emendas de relator, que em 2022 podem chegar a R\$ 16,2 bilhões¹⁰⁶. Após a mudança das regras pelo Congresso, em dezembro, o STF autorizou novamente a execução das emendas¹⁰⁷.

O esquema do “orçamento secreto” significou um enorme retrocesso na transparência e controle das alocações orçamentárias no Brasil. Esta situação se torna extraordinariamente grave por ocorrer no momento em que o país padece as consequências da tragédia humanitária da COVID-19 e o uso eficiente dos recursos públicos se faz ainda mais fundamental.

ASCENSÃO DO CENTRÃO

Na virada de 2020 para 2021, o presidente Bolsonaro patrocinou a eleição do deputado federal Arthur Lira para a Presidência da Câmara dos Deputados. O parlamentar foi eleito em fevereiro, após um episódio de empenho de recursos de emendas do orçamento federal¹⁰⁸. Segundo denúncia publicada pela imprensa¹⁰⁹, o apoio a Lira pode ter custado R\$ 10 milhões em emendas para cada parlamentar que oferecesse seu apoio na votação.

Ao longo de 2021, Lira aumentou seu poder político, ao controlar o congelamento dos mais de 140 pedidos de impeachment¹¹⁰ apresentados contra o presidente Bolsonaro e, ao mesmo tempo, ao influir na distribuição dos recursos do “orçamento secreto”¹¹¹.

Esse casamento aproximou, definitivamente, o presidente Bolsonaro do “Centrão”, bloco informal de partidos de direita e centro-direita do qual Arthur Lira é um dos líderes e que costumam trocar apoio político por recursos e cargos do governo federal. Com isso, o presidente Bolsonaro deixou para trás o discurso, repetido durante sua campanha de 2018¹¹², de que era uma alternativa à política tradicional, ao “toma-lá-dá-cá” - embora ele próprio tenha feito sua carreira parlamentar de três décadas associado ao “Centrão” e à sua política fisiológica.



Em julho do ano passado, o presidente nomeou o senador Ciro Nogueira, outro expoente do “Centrão” e presidente licenciado do PP, como ministro da Casa Civil de seu governo. E, nos primeiros dias de 2022, o ministro Nogueira passou a ser responsável por dar o aval a gastos, investimento e créditos decididos pelo Ministério da Economia¹¹³. Quando ainda era cotado para a vaga na Casa Civil, Nogueira tinha duas denúncias pendentes¹¹⁴ no STF – uma por suposta propina recebida da Odebrecht¹¹⁵ e outra por obstrução de investigação (essa segunda foi rejeitada pela 2ª Turma do Supremo em agosto¹¹⁶) – e respondia a um terceiro inquérito por suposta propina recebida pelo PP da J&F¹¹⁷.

Como será visto na sequência, o poder amealhado por Lira permitiu a ele adotar manobras regimentais¹¹⁸ de maneira a apressar votações de projetos importantes, reduzindo a transparência, a possibilidade de debates e de participação social, e conseguir a aprovação de projetos relevantes para seu grupo político e o governo.

PROJETOS ENFRAQUECEM LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Em outubro, o Congresso Nacional concluiu a votação de mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (LIA)¹¹⁹, e o projeto foi sancionado sem vetos pelo presidente Bolsonaro. A reforma extrapolou significativamente as recomendações da comissão de juristas que havia sido instituída pela presidência anterior da Câmara dos Deputados, com intuito de modernizar a lei e sanar problemas que geravam insegurança jurídica. A tramitação no Congresso ocorreu de maneira apressada e as mudanças incluem retrocessos importantes na legislação, como a criação de brechas para a não responsabilização, restrições para a punição de má conduta, isenção para partidos, mudanças no prazo prescricional e a definição mais restrita sobre casos de nepotismo.

Na primeira aprovação do projeto pela Câmara, o texto final da proposta foi apresentado formalmente aos deputados apenas 18 minutos antes do início da sessão de votação. Muitos dos parlamentares – e a sociedade brasileira – desconheciam os termos exatos da legislação que estavam aprovando. A pressa em aprovar a mudança na lei de improbidade pode ser explicada por alguns fatores, como: 1) A busca de apoio dos congressistas para as eleições de 2022

entre os prefeitos, que estão entre os principais alvos de ações de improbidade; 2) O interesse de integrantes do Centrão em desmontar esforços anticorrupção, que classificam como “criminalização da política”; e 3) O fato de que uma parte dos parlamentares, incluindo o próprio Arthur Lira, condenado em segunda instância por improbidade no Estado de Alagoas, pode ser diretamente beneficiado pelas mudanças feitas na legislação¹²⁰, como a alteração no prazo de prescrição.

Outra medida controversa, aprovada pelo Congresso em 2021, foi a ampliação do valor destinado ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, criado em 2017 como maneira de compensar a proibição, pelo Supremo Tribunal Federal, do financiamento privado das campanhas políticas¹²¹. Em julho, o Congresso aprovou a expansão do fundo eleitoral¹²² de um patamar de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões. Bolsonaro chegou a vetar o aumento, mas o veto foi derubado pelo Congresso em dezembro¹²³.

Esse aumento posicionou o Brasil no topo dos países com mais gasto público em eleições¹²⁴. A decisão dos parlamentares surpreendeu o país, já que não havia expectativa de que um aumento tão acentuado fosse aprovado, principalmente em um ano marcado pela pandemia de Covid-19 e a necessidade de direcionar recursos do orçamento para mitigar os efeitos da tragédia humanitária.

Embora o financiamento público eleitoral não seja em si um problema, sua adoção em um ambiente de limitada transparência e controle deficiente pode, sim, ampliar os riscos de corrupção e agravar as distorções no processo eleitoral. Este é o cenário observado no Brasil, que, mesmo após investigações explicitarem a corrupção sistêmica no financiamento de campanhas eleitorais, o país não logrou promover reformas que fortalecessem a transparência e o accountability na administração dos partidos e das campanhas. Ao contrário, reformas limitaram ainda mais os mecanismos de controle¹²⁵ ao mesmo tempo em que se aprovaram bilhões de Reais adicionais aos partidos e às campanhas.

Em junho, a maioria dos deputados votou a favor de um projeto de lei que afrouxa as regras de licenciamento ambiental¹²⁶ (PL 3.729/2004). Se aprovada pelo Senado¹²⁷ como votada pela Câmara, a proposta tornará desnecessário o licenciamento ambiental para 13 atividades de impacto ambiental significativo, como agricultura, pecuária, silvicultura, melhoramento de infraestrutura preexistentes¹²⁸. A proposta também permite que a maioria das licenças seja emitida automaticamente, na forma de uma licença auto-declaratória, sem análise por quaisquer órgãos ambientais, inclusive para vários projetos considerados potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, como repavimentar rodovias existentes na Amazônia¹²⁹. O projeto enfraquece também vários requerimentos vinculados à consideração de comunidades tradicionais e povos

indígenas na avaliação e no monitoramento dos impactos socioambientais¹³⁰.

Em agosto, a Câmara aprovou um projeto de lei que altera as regras para a regularização fundiária¹³¹, ampliando o tamanho das posses que podem ser regularizadas por processo autodeclarado sem fiscalização presencial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, os processos de regularização fundiária são particularmente vulneráveis à fraude e à corrupção para grilar terras públicas, inclusive a simulação de posses por meio de dados falsos nos cadastros em nome de laranjas, às vezes com o apoio de servidores e políticos corruptos¹³². O aumento do tamanho dos imóveis passíveis de titulação por processo autodeclarado fomentaria esses riscos de grilagem sem resolver os problemas de celeridade do INCRA, pois só afetaria uma pequena minoria dos beneficiários potenciais do programa de titulação¹³³. Por esses motivos, o projeto de lei aprovado pela Câmara, e agora esperando análise do Senado, onde há outros retrocessos em debate, foi apelidado por entidades ambientalistas e a oposição do governo de “PL da Grilagem”.

O receio é que o projeto permita a regularização de terras griladas e seja visto como um incentivo para ocupações irregulares¹³⁴ ao gerar a expectativa que tais ocupações sejam legalizadas e tituladas em reformas futuras. O desmatamento também tem um vínculo forte com a

grilagem de terras¹³⁵ já que, entre 2019 e 2020, 44% do desmatamento na Amazônia ocorreu em terras públicas, o que é considerado como um indício de grilagem. Além de fraudar diversos documentos e de corromper agentes privados e públicos, ao invadir terras públicas, grileiros podem violentar, expulsar e extorquir os ocupantes legítimos dessas áreas¹³⁶, inclusive povos indígenas e comunidades tradicionais.

CONGRESSO APROVA FIM DE SIGILO PARA RENÚNCIA FISCAL

A Câmara e o Senado aprovaram, no final do ano passado, um projeto de lei complementar¹³⁷ que muda regras do sigilo fiscal e autoriza expressamente a divulgação de informações sobre renúncias, incentivos, benefícios e imunidades tributárias de pessoas jurídicas¹³⁸ por todos os entes federativos. Uma medida nesse sentido foi proposta em 2016, pelo então ministro da Fazenda Nelson Barbosa¹³⁹, dias antes de deixar o governo da presidente Dilma Rousseff¹⁴⁰.

PONTOS POSITIVOS

CONGRESSO NACIONAL

- Congresso aprovou projeto, já sancionado pelo presidente Bolsonaro, que acaba com o sigilo de renúncias e incentivos fiscais de pessoas jurídicas;
- O Congresso Nacional aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 111 de 2021, que passou a permitir a realização de consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais concomitantemente às eleições municipais e também passou a determinar, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro;.O Congresso formou maiorias capazes de conter matérias que trariam retrocessos normativos e constitucionais, tais como a PEC 05 (que ampliaria o controle político do Ministério Público) e o pedido de impeachment contra ministro do Supremo apresentado pelo Presidente da República.

PONTOS NEGATIVOS

CONGRESSO NACIONAL

- Graves retrocessos na transparência, participação e respeito ao devido processo legislativo na Câmara dos Deputados sob a presidência de Arthur Lira;
- Fruto de entendimento com o governo federal, o Congresso movimentou bilhões em emendas parlamentares de relator, com baixa transparência e capacidade de accountability; mesmo após o mecanismo ser suspenso pelo STF e de novas regras serem aprovadas pelo Congresso regulando a execução das emendas, brechas continuam permitindo o uso discricionário e obscuro de recursos públicos com fins eleitorais;
- O texto final da reforma da Lei de Improbidade Administrativa aprovado extrapolou as recomendações do grupo de especialistas que propunham aperfeiçoamentos à legislação e ampliou gravemente os riscos de impunidade;
- Congresso aprovou um aumento significativo do volume de recursos públicos usados em campanhas eleitorais, em um ambiente de limitada transparência e controle deficiente;
- Embora ainda não tenham sido definitivamente aprovadas, no âmbito da Câmara dos Deputados foram aprovadas mudanças no processo de regularização fundiária que incentivam a grilagem, assim como a flexibilização das regras de licenciamento ambiental.



JUDICIÁRIO

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuaram como importante anteparo a empreitadas antidemocráticas, da parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, saindo em defesa do sistema eleitoral brasileiro e atuando contra a desinformação e os ataques às instituições. O STF também teve destaque em garantir políticas de controle da pandemia da Covid-19¹⁴¹ que estavam obstruídas pela inoperância e negacionismo na gestão do governo federal. Por outro lado, o Judiciário foi responsável, em 2021, por uma série de decisões que anularam sentenças confirmadas por múltiplas instâncias ou transferiram a competência para julgar casos de corrupção de modo generalizado,

provocando insegurança jurídica, levando à prescrição de crimes e impunidade de casos de macro corrupção com graves consequências sobre direitos humanos.

ANTEPARO CONTRA EMPREITADAS ANTIDEMOCRÁTICAS

Logo no início de 2021, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes determinou a prisão do deputado federal Daniel Silveira¹⁴² por um vídeo¹⁴³ em que o parlamentar desqualificava ministros do STF com ataques violentos e ameaças, defendia o fechamento do tribunal e fazia referências ao Ato Institucional Nº 5¹⁴⁴. O deputado foi solto em novembro, mas proibido de usar redes sociais¹⁴⁵ e de fazer contato com investigados em inquéritos que apuram desinformação e a existência de uma milícia digital contra a democracia.

Em julho, o ministro do STF Alexandre de Moraes arquivou um inquérito¹⁴⁶ aberto no ano anterior para apurar a organização e o financiamento de manifestações antidemocráticas por blogueiros e congressistas bolsonaristas, após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR)¹⁴⁷ para encerrar investigações contra parlamentares apoiadores do presidente. No entanto, o ministro determinou a abertura de outro inquérito¹⁴⁸, dessa vez para investigar a existência de organização criminosa em meio digital com a finalidade de atacar a democracia e minar instituições brasileiras. Na decisão¹⁴⁹, o ministro Moraes cita deputados bolsonaristas, incluindo Eduardo Bolsonaro, um dos filhos

do presidente, e o blogueiro Allan dos Santos, alvo de pedido de extradição pelo Supremo (leia mais na seção Governo Federal).

No mês seguinte, após um crescente de ataques¹⁵⁰ do presidente Jair Bolsonaro à integridade das urnas eletrônicas¹⁵¹ e ao presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, além de pressão pelo estabelecimento do voto impresso no Brasil¹⁵², o TSE abriu um inquérito administrativo para investigar denúncias sem comprovação feitas por autoridades contra as urnas eletrônicas, incluindo uma possível conduta criminosa¹⁵³ da parte do presidente. Ao mesmo tempo, o TSE enviou ao Supremo uma notícia-crime para que Bolsonaro fosse incluído como investigado¹⁵⁴ no inquérito das “Fake News”, que apura a disseminação de informações falsas e ataques a membros do STF — pedido que foi aceito pelo ministro Moraes.

INFORMAÇÃO E PANDEMIA

A disseminação de informações falsas da parte do presidente Bolsonaro ligada à pandemia da Covid-19 também virou alvo de investigação. Em dezembro, o ministro Moraes determinou a abertura de um inquérito¹⁵⁵ para apurar uma fala de Bolsonaro em que o presidente vinculava a vacina contra a Covid-19 à Aids, declaração dada em uma live que foi retirada do ar pelo Facebook, Instagram e YouTube.

Em outubro, de maneira inédita¹⁵⁶, o TSE cassou o mandato¹⁵⁷ do então deputado estadual Fernando Francischini, apoiador do presidente Bolsonaro, e decidiu por sua inelegibilidade a partir do primeiro turno das eleições de 2018, momento em que Francischini disseminou informações falsas sobre fraudes de urnas em uma live.

No final de 2021, o TSE aprovou novas regras eleitorais¹⁵⁸, em que proibiu expressamente o envio em massa de mensagens por aplicativos, seja para beneficiar a algum candidato ou para divulgar informações falsas ou difamatórias. Como revelado pela imprensa¹⁵⁹, empresas apoiadoras do presidente Bolsonaro financiaram ilegalmente o disparo em massa de mensagens contra o PT no segundo turno das eleições de 2018.

O tribunal adotou ainda outras medidas para aumentar a transparência do processo eleitoral e responder a questionamentos sobre a lisura das urnas, como a criação de uma comissão de transparência e fiscalização¹⁶⁰, incluindo membros externos ao TSE; ampliação da participação social¹⁶¹ nos Testes Públicos de Segurança (TPS); e ações de informação, incluindo campanhas e participações em eventos.

DERROCADA DE PROCESSOS EM CASOS DE CORRUPÇÃO

Em março de 2021, o ministro do STF Edson Fachin anulou, monocraticamente, condenações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹⁶² aplicadas no âmbito da Lava Jato pela Justiça Federal de Curitiba, considerando que a competência para a análise das quatro ações (do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e duas ligadas ao Instituto Lula) era da Justiça Federal do Distrito Federal, e não de Curitiba. Com isso, o ex-presidente recuperou seus direitos políticos e poderá concorrer às eleições de 2022. Em abril, o plenário do Supremo confirmou a decisão do ministro Fachin¹⁶³.

Em paralelo, em junho, o plenário do STF cancelou uma decisão da 2ª Turma¹⁶⁴ da corte que declarou a parcialidade do ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro ao julgar o caso do triplex do ex-presidente Lula. Com isso, as provas usadas no caso do triplex contra o ex-presidente foram anuladas, e a ação foi enviada à Justiça Federal do Distrito Federal, para ser reiniciado. Em dezembro, a Procuradoria da República no Distrito Federal declarou a prescrição desse caso¹⁶⁵, considerando que o prazo de prescrição havia sido reduzido pelo fato de o ex-presidente já ter mais de 70 anos de idade.



No mesmo mês de junho, o ministro do STF Gilmar Mendes estendeu a suspeição de Moro¹⁶⁶ aos outros dois casos em que o ex-juiz havia condenado o ex-presidente Lula, anulando atos e provas, e determinando recomeçar o caso do início. Em agosto, a Justiça Federal em Brasília rejeitou uma nova denúncia¹⁶⁷ do Ministério Público Federal para reiniciar um dos casos, alegando que os procuradores não apresentaram novidades que apoiassem a denúncia e, além disso, que o caso do sítio já estava prescrito.

Entre o início do julgamento da suspeição de Moro pela 2ª Turma, em dezembro de 2018, e sua conclusão, em março de 2021, diálogos entre Moro e procuradores da Lava Jato foram hackeados e vazados à imprensa no que ficou conhecido como “Vaza Jato”¹⁶⁸, revelando uma proximidade indevida entre o juiz e os procuradores. As defesas de denunciados por corrupção, como o ex-presidente Lula e o ex-presidente do Senado Renan Calheiros¹⁶⁹, conseguiram autorização para ter acesso a parte dos diálogos hackeados, que viraram alvo da Operação Spoofing da Polícia Federal.

No ano passado, em paralelo ao caso do ex-presidente Lula, outras condenações por corrupção, mesmo de instâncias superiores, foram anuladas pela transferência de casos da Justiça comum para a Justiça eleitoral, por um entendimento que foi alterado pelo Supremo em 2019¹⁷⁰, em uma votação apertada de 6 a favor e 5 ministros contrários, e cujas consequências

estiveram em destaque em 2021. A decisão afirmou que prevalece a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que apresentem conexão com crimes eleitorais – e que compete à Justiça Eleitoral analisar, de acordo com cada caso, a eventual existência de conexão entre os crimes eleitorais e os crimes comuns.

Em setembro, a 2ª Turma do STF declarou que a Justiça Federal de Curitiba não era competente¹⁷¹ para julgar uma ação contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, e que o caso deveria ser enviado à Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro. Cunha havia sido denunciado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e caixa 2, e condenado em duas instâncias¹⁷² pelos três primeiros crimes. A defesa do ex-deputado, cassado em 2016¹⁷³, alegou que o juízo da 13ª Vara federal de Curitiba Justiça de Curitiba manipulou a ação, eliminando o crime eleitoral já reconhecido anteriormente pelo STF, para evitar a conexão e manter a ação sob sua competência. Em dezembro, foi a vez da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região anular sentenças¹⁷⁴ de Cunha e outro ex-presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, condenados, em 2018, respectivamente por corrupção, lavagem de dinheiro e violação de sigilo funcional, após investigação da Operação Sépsis, um desdobramento da Lava Jato, revelar um esquema de pagamento de propina¹⁷⁵ em troca da liberação de recursos do fundo de investimento do FGTS, administrado pela Caixa. A 3ª Turma

aceitou o argumento dos advogados¹⁷⁶ de que, como a denúncia mencionava a ocorrência de crimes eleitorais, o caso deveria ser transferido da Justiça Federal em Brasília para a Justiça eleitoral no Rio Grande do Norte¹⁷⁷.

Em dezembro, de uma só vez, o ministro Jesuíno Rissato do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou e transferiu para a Justiça eleitoral¹⁷⁸ o processo de 15 réus condenados pela Lava Jato por corrupção e lavagem de dinheiro, incluindo os casos do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e Marcelo Odebrecht, por terem relação com o crime de caixa dois para campanhas.

Mudar a jurisdição das ações, da Justiça comum para a eleitoral, muitas vezes significa retomar o processo de seu início, com a necessidade de produzir novas provas e percorrer etapas processuais que já foram concluídas. Como visto acima, mesmo processos em instâncias avançadas têm sido objeto desse tipo de decisão. Apesar da jurisprudência do Supremo determinar a conexão, alguns pontos devem ser considerados — possivelmente necessitando uma alteração legislativa — nos casos em que crimes eleitorais e comuns são apresentados de maneira conectada:

1) A Justiça eleitoral é um ramo especializado do Poder Judiciário composto por juízes e procuradores eleitorais recrutados de forma não especializada. São promotores e juízes que acu-



mulam temporariamente suas atividades com as funções eleitorais. O exercício da jurisdição eleitoral não é apenas partilhado, mas também realizado de forma rotativa. Em primeira instância, a jurisdição eleitoral é exercida por meio de designações temporárias, fragilizando o princípio do juiz e do procurador naturais. Nas segundas instâncias e tribunais superiores, os juízes que acumulam as funções eleitorais com as demais obrigações têm mandatos curtos de dois anos, período claramente insuficiente para tratar de casos complexos que demandam um longo período de investigações. Em muitos casos, eles também serão desafiados pela sobrecarga de casos em ambos os ramos da Justiça. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é formado por juízes do STF e STJ, além de advogados. Eles conciliam suas atividades nos tribunais de que são titulares de forma permanente com o serviço eleitoral, o que suscita preocupações como o fato de o STF ocasionalmente rever decisões do TSE – assim, o mesmo juiz atuará em ambos os casos, decidindo e revisando a decisão em que já votou previamente.

Cumprir notar que a alta rotatividade e falta de especialidade de parte dos integrantes da Justiça Eleitoral destoam da orientação de 2006 do Conselho Nacional de Justiça para que Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados passassem a adotar a especialização de varas criminais, com competência exclusiva ou concorrente, para processar e julgar delitos praticados por organizações criminosas. Tra-

ta-se de processo ainda em implementação no país – com sinais de descontinuidade – para oferecer condições de julgamentos por magistradas e magistrados com experiência acumulada e com a perspectiva de acompanhamento do caso desde o seu início até a sentença.

2) Outra questão preocupante diz respeito à presença regular de advogados como juízes eleitorais. Cada um dos 27 tribunais regionais eleitorais e o TSE têm vagas para advogados eleitorais que se tornam juízes temporários por dois anos. Essa porta giratória da Justiça eleitoral levanta questionamentos quanto à independência dos juízes-advogados para julgar réus membros de partidos que tinham sido previamente defendidos por eles.

Em outro caso de destaque, o senador Flávio Bolsonaro, filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, acumulou vitórias em uma sequência de decisões, em 2021, que esvaziaram relatórios de inteligência produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (o COAF) e a competência do juiz de primeira instância ao julgar o chamado caso das “rachadinhas”, pelo qual o senador foi denunciado por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa¹⁷⁹ num esquema que supostamente coletava parte dos salários de seus funcionários, alguns deles empregados fantasmas, durante seu mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), para pagar despesas pessoais. Após as decisões de 2021, a investigação sobre o caso deve voltar quase ao início¹⁸⁰.

Em fevereiro, a 5ª Turma do STJ anulou duas decisões¹⁸¹ que haviam decretado a quebra dos sigilos de Flávio Bolsonaro, por considerar que faltavam fundamentação e individualização às decisões. Em novembro, a mesma 5ª Turma anulou todas as decisões do juiz de primeira instância do caso¹⁸², Flávio Itabaiana, por julgar que o juiz não tinha competência para julgar a ação de alguém com foro privilegiado. No mesmo mês, a 2ª Turma do Supremo se posicionou sobre um conflito que se arrastava há meses: o do foro adequado para julgar o caso do senador. Os ministros do Supremo rejeitaram recurso do Ministério Público do Rio de Janeiro, sob o argumento de que o MP havia perdido o prazo recursal, e mantiveram o foro de Flávio Bolsonaro no Órgão Especial do TJ-RJ¹⁸³, afastando do caso o juiz Itabaiana, que proferiu decisões duras contra o senador.

Ao mesmo tempo, a 2ª Turma do STF anulou quatro dos cinco relatórios de inteligência do COAF¹⁸⁴ usados na investigação do caso de Flávio Bolsonaro, por considerar que o COAF levantou informações adicionais¹⁸⁵ a partir de solicitação do Ministério Público antes de que a investigação contra o filho do presidente tivesse sido formalizada, e pelo detalhamento de informações compartilhadas pelo COAF.

Por fim, investigações de corrupção alcançaram o próprio Supremo no ano passado. Em maio, baseada na delação do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, a Polícia Federal pediu ao

STF a abertura de um inquérito¹⁸⁶ para investigar o ministro Antonio Dias Toffoli por suposta venda de decisões no TSE, que Toffoli integrou de 2012 a 2016. A abertura de inquérito foi indeferida pelo ministro do STF Edson Fachin, que também suspendeu atos investigativos da PF com base na delação de Cabral¹⁸⁷ até que o plenário do Supremo se posicionasse sobre a delação, que, segundo a imprensa, citava ministros de tribunais superiores e políticos¹⁸⁸. O acordo de delação do ex-governador, firmado com a Polícia Federal, já vinha sendo alvo de críticas da Procuradoria-Geral da República, que geralmente fecha acordos deste tipo. No próprio mês de maio, o plenário do Supremo — com voto do ministro Dias Toffoli — votou pela anulação da delação de Cabral¹⁸⁹, acordo que tinha sido homologado em 2020, pelo ministro Fachin.

NOVO MINISTRO NO STF

Em dezembro, o Senado Federal aprovou a nomeação do ex-Advogado-Geral da União e ex-ministro da Justiça André Mendonça para uma vaga no Supremo, numa votação apertada de 47 a favor e 32 contrários à sua nomeação pelo presidente Bolsonaro (Mendonça precisava ter, no mínimo, 41 votos para ser aprovado). Ele é o segundo ministro do STF nomeado pelo presidente Bolsonaro, que, em 2020, indicou o desembargador Kassio Nunes Marques para uma vaga no tribunal.

Antes de ser aprovado pelo plenário do Senado, Mendonça participou de audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, sabatina que foi realizada quatro meses e meio após sua indicação devido à resistência do presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre¹⁹⁰, abertamente contra a escolha do ex-AGU.

O novo ministro do STF possui extensa experiência no combate à corrupção, tanto como acadêmico quanto em cargos públicos¹⁹¹ — primeiro atuando na recuperação de ativos junto à Advocacia-Geral da União, depois em acordos de delação premiada com a Controladoria-Geral da União (CGU) — incluindo colaboração com integrantes da Operação Lava Jato. O receio de parte dos parlamentares ante a perspectiva de um novo ministro do STF comprometido

com o enfrentamento da corrupção foi visto como uma das possíveis causas do atraso em sua aprovação¹⁹². Mas a demora também pode ser interpretada como uma retaliação contra o governo pela perda de poder do presidente da CCJ e ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em direcionar recursos de emendas do orçamento – influência centralizada no presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (leia mais na seção Congresso Nacional).

O tempo em que Mendonça trabalhou no governo também ficou marcado pela elaboração de um dossiê pelo Ministério da Justiça¹⁹³, o chamado dossiê de servidores antifascistas, então chefiado por Mendonça, listando 579 servidores da segurança pública e três professores críticos do governo do presidente Bolsonaro. O relatório tinha nomes, fotos e informações de mídia social e foi amplamente distribuído para a administração local e federal. Outro destaque negativo de seu mandato como ministro da Justiça do presidente Bolsonaro foi o uso frequente da Lei de Segurança Nacional¹⁹⁴, editada durante a ditadura militar, para perseguir críticos do presidente.

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro tem explorado a ideia de nomear um ministro “terivelmente evangélico”¹⁹⁵ para o tribunal. De fato, um apoio decisivo para a aprovação de Mendonça veio da articulação entre o presidente Bolsonaro – visando apoio nas eleições de 2022 –, a bancada evangélica e lideranças

evangélicas no Brasil. Após a confirmação de Mendonça, o deputado Sóstenes Cavalcante, membro da bancada evangélica no Congresso, afirmou que agora a bancada tinha, ao menos, a garantia de suspender julgamentos no STF de questões importantes para os conservadores.

Apesar de ter o respaldo dos evangélicos, Mendonça se comprometeu com uma postura laica no Supremo: “Na vida, a Bíblia. No Supremo Tribunal Federal, a Constituição”¹⁹⁶.

OAB NEGA REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE ADVOCATÍCIA SOB A LEI DE LAVAGEM

Desde a promulgação da lei 9.613/98, que busca tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro, e especialmente após a edição da Lei 12.683/12, que modernizou o diploma jurídico antilavagem, instaurou-se o debate sobre a aplicabilidade da lei aos advogados e às sociedades de advogados. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já promoveu análises anteriores sobre como conciliar a proteção do sigilo profissional e o dever de reportar suspeitas de lavagem de capitais. Em decisão de 2012, o Órgão Especial

da OAB aprovou parecer no sentido de que a lei de lavagem de dinheiro não se aplica a advogados, e desde então a discussão ressurgiu episodicamente, particularmente por ser a única categoria profissional onde há evidente risco de lavagem de capitais e que ainda não conta com medidas claras de prevenção.

Também partiu da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) a recomendação de que a OAB apresentasse a proposta dos advogados para se adequarem à legislação antilavagem de capitais. Em resposta à recomendação da ENCCLA, o Conselho Federal da OAB debateu proposta que criava mecanismos de autorregulação, elaborada pela Comissão de Acompanhamento da Revisão da Lei de Lavagem da OAB e posteriormente rejeitada, de modo que foi mantido o entendimento de 2012, segundo o qual a advocacia não se submete à lei de lavagem. Segundo a proposta rejeitada, advogados deveriam informar aos órgãos de inteligência sobre as operações suspeitas dos clientes em setores como compra e venda de imóveis, gestão de fundos e aberturas de contas bancárias. Não estariam incluídas dentre as obrigações a prestação de consultoria jurídica, emissão de pareceres ou representação em processos litigiosos por entenderem que são atividades submetidas ao dever de sigilo profissional. Conforme o parecer aprovado, “Lei especial, estatuto da Ordem (lei 8.906/94), não pode ser implicitamente revogado por lei que trata

genericamente de outras profissões. Advogados e as sociedades de advocacia não devem fazer cadastro no COAF nem têm o dever de divulgar dados sigilosos de seus clientes que lhe foram entregues no exercício profissional”¹⁹⁷.

O assunto recebeu especial visibilidade, recentemente, quando escritórios de advocacia foram objeto de busca e apreensão por suspeita de prática de lavagem de dinheiro originado em contratos com Sistema S (instituições administradas por entidades empresariais que recebem recursos públicos e oferecem serviços de capacitação profissional, culturais, sociais e esportivos) do Rio de Janeiro. A operação se voltava contra um grupo de advogados acusado de tráfico de influência em decisões de tribunais superiores em Brasília. A denúncia indicava desvios de R\$ 150 milhões do Sistema S¹⁹⁸ e recentemente, por 3 votos a 1, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal considerou que o juízo da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro não tinha competência para conduzir o caso, agora direcionado para a Justiça Estadual. A decisão anulou o recebimento das denúncias, invalidou as provas colhidas na operação e também liberou R\$ 784,1 milhões em bens bloqueados.

AVANÇOS DA JUSTIÇA NO CAMPO AMBIENTAL

Em junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a primeira delação premiada com um magistrado¹⁹⁹. A colaboração inédita ocorreu no âmbito da Operação Faroeste, investigação da Polícia Federal e do Ministério Público que revelou um amplo esquema de corrupção no Judiciário, relacionado à grilagem de terras no oeste da Bahia e à venda de sentenças judiciais. A colaboração da desembargadora Sandra Rusciolelli e seu filho, Vasco Rusciolelli, envolveu 68 pessoas e tem potencial para revelar novos casos de corrupção judicial na Bahia, além do caso de grilagem de terras. Até junho, outras três delações premiadas haviam sido acertadas como parte da Faroeste, envolvendo dois advogados e um produtor rural. No caso da desembargadora Rusciolelli, porém, a colaboração vem de dentro do Judiciário e envolve 12 desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia²⁰⁰, além de juízes da primeira instância, outros funcionários do sistema de Justiça, advogados, parentes de juízes e políticos.



Em dezembro, a ministra Rosa Weber, do Supremo, concedeu liminar²⁰¹ para suspender os efeitos do Decreto 9.806/2019 que reestruturou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). O decreto limitou a participação da sociedade civil no CONAMA, reduzindo o número de seus representantes de 23 para quatro, e, assim, alterou o equilíbrio de poder no conselho. Além disso, os procedimentos de seleção dos representantes da sociedade civil foram modificados: em vez de serem eleitos para um mandato de dois anos (com possibilidade de reeleição por mais dois anos), eles foram escolhidos por sorteio para um mandato de um ano (improrrogável). Este novo sistema de seleção impediu que a sociedade civil escolhesse amplamente sua representação e não garantia tempo suficiente para que os representantes contribuíssem com uma profundidade necessária. Desde sua reestruturação, o CONAMA revogou várias resoluções, como as relativas à proteção de mangues, restingas e os requisitos de licença ambiental para instalações de irrigação.

PONTOS POSITIVOS

JUDICIÁRIO

- O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atuaram como importante anteparo a empreitadas antidemocráticas, da parte do presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, saindo em defesa do sistema eleitoral brasileiro e atuando contra a desinformação e os ataques às instituições;
- O STF atuou para garantir políticas de controle da pandemia da Covid-19 que estavam obstruídas pela inoperância e negacionismo na gestão do governo federal;
- Delação inédita com desembargadora, autorizada pelo STJ, contribuiu para o avanço de investigações sobre macrocorrupção no Poder Judiciário, envolvendo uma rede de venda de decisões judiciais no Tribunal de Justiça da Bahia e a grilagem de terras.

PONTOS NEGATIVOS

JUDICIÁRIO

- Série de decisões que anularam sentenças confirmadas por múltiplas instâncias ou transferiram a competência para julgar casos de corrupção de modo generalizado, provocando insegurança jurídica, levando à prescrição de crimes e impunidade de casos de macrocorrupção com graves consequências sobre direitos humanos;
- OAB mantém rejeição à regulamentação da atividade advocatícia sob a lei da lavagem de dinheiro.



MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL
E PGR

Em agosto de 2021, o Senado Federal aprovou a recondução do Procurador-Geral para mais dois anos de mandato. A escolha do presidente foi rapidamente aprovada por senadores da esquerda e da direita do espectro político, apesar de intensas críticas de que o primeiro mandato de Augusto Aras foi marcado por autoritarismo, pelo desmantelamento das forças-tarefas e um alinhamento indevido com o governo Bolsonaro.

ALINHAMENTO COM O GOVERNO

Um estudo divulgado, em agosto, pela professora Eloísa Machado e pela pesquisadora Luiza Pavan Ferraro, ambas da FGV Direito SP, mostrou que, no primeiro mandato de Aras, a Procuradoria-Geral da República (PGR) reduziu drasticamente sua participação na proposição de ações de controle de constitucionalidade²⁰² contra atos do governo Bolsonaro, apesar dos repetidos ataques do presidente às instituições democráticas e à Constituição Federal. O estudo, parte de um esforço internacional no âmbito do Project on Autocratic Legalism (PAL), mostrou que, de janeiro de 2019 a junho de 2021, a PGR foi responsável por apenas 1,74% dos processos movidos contra atos do governo (uma participação historicamente baixa desde a Constituição de 1988) e não se manifestou ou apresentou suas manifestações com atraso em um número significativo de ações judiciais em andamento. Além disso, ainda de acordo com o estudo, a PGR alinou-se com o governo na maioria dos casos analisados, mesmo em situações que desafiavam posições técnicas, como foi o caso da recomendação de uso da cloroquina para pacientes com Covid-19.

As autoras do estudo manifestaram preocupação de que, ao se alinhar sistematicamente ao presidente, tanto a PGR quanto a Advocacia-Geral da União (AGU) atuam no sentido de fomentar uma

“arquitetura jurídica da desresponsabilização do presidente e de seus ministros”.

O alinhamento injustificado da PGR com o governo de Bolsonaro, e a consequente neutralização de um eixo legal para a responsabilização do presidente, aumenta a pressão sobre o sistema brasileiro de freios e contrapesos, já prejudicado, em seu eixo político, pela associação da Presidência com a liderança da Câmara dos Deputados e o esquema de “orçamento secreto” (veja mais na seção Congresso Nacional).

A inação de Aras tem sido alvo de várias acusações nos últimos meses. Em agosto de 2021, uma carta aberta assinada por 29 subprocuradores-gerais²⁰³ exigia que o procurador-geral adotasse providências para defender o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra ataques do presidente Bolsonaro. No mesmo mês, o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes indeferiu um pedido feito pelos senadores Alessandro Vieira e Fabiano Contarato²⁰⁴ para investigar Aras por prevaricação devido a uma suposta omissão em relação a ataques do presidente Bolsonaro contra o sistema eleitoral. Também em agosto, quatro subprocuradores-gerais aposentados acionaram o Conselho Superior do Ministério Público Federal²⁰⁵, instância também chefiada por Aras, criticando o procurador-geral por omissão em casos que favorecem o presidente Bolsonaro ou aliados próximos. Cinco membros do conselho chegaram a levar o caso

ao STF²⁰⁶, acusando Aras de supostas manobras ilegais na análise da representação ao conselho — alegação que foi indeferida pelo ministro Antonio Dias Toffoli.

Um dos receios associados ao alinhamento de Aras ao Palácio do Planalto diz respeito às ações a cargo da PGR²⁰⁷ relacionadas ao relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que apurou responsabilidades criminais atribuídas a agentes do estado que teriam potencializado a maior tragédia humanitária da história brasileira e pediu o indiciamento de Bolsonaro por nove crimes (leia mais na seção Governo Federal). Como parte da estratégia para monitorar os encaminhamentos de Aras sobre o relatório, em novembro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado aprovou um convite²⁰⁸ para Aras falar sobre o tema. Três dias depois, o procurador-geral enviou ao STF dez pedidos com providências²⁰⁹, mantidos sob sigilo.

O FIM DAS FORÇAS-TAREFAS

Outro retrocesso da gestão Aras foi o desmantelamento do modelo de forças-tarefa (FT), com consequências diretas nas investigações de grandes esquemas de corrupção.

Em 2021, após preocupações por renovações de curto prazo²¹⁰ das FTs e o fim da dedicação exclusiva de promotores da Lava Jato, as forças-tarefas de Curitiba²¹¹ e do Rio de Janeiro²¹² foram de fato encerradas. O outro braço da operação, em São Paulo, já tinha sido descontinuado em setembro de 2020, após a renúncia coletiva de sete procuradores²¹³, que alegaram discordâncias com a recém-nomeada procuradora-natural e o que percebiam como obstáculos ao cumprimento de atribuições da força-tarefa paulistana.

No final de 2020, a PGR também encerrou a força-tarefa da Operação Greenfield²¹⁴, que, desde 2016, se dedicava a investigar esquemas de corrupção ligados a fundos de pensão de empresas estatais, alcançando também a maior empresa de carnes do mundo (a JBS) e o ex-presidente Michel Temer. Como ocorreu com o estrangulamento da Lava Jato, meses antes de seu término, os procuradores da Greenfield reclamavam de pressões e incertezas devido a renovações de curto prazo e falta de estrutura adequada – o que também incluía a perda da

dedicação exclusiva de promotores dedicados à Greenfield. Em relatório divulgado após o encerramento²¹⁵ da força-tarefa, os procuradores declararam que, apesar de um impacto positivo na recuperação de mais de R\$ 12 bilhões, 55,6% das metas da força-tarefa não chegaram a ser cumpridas.

Em outra frente, em fevereiro do ano passado, a força-tarefa da Amazônia²¹⁶, que, desde 2018, investigava a macrocriminalidade ambiental (grilagem, extração ilegal de madeira, desmatamento, e garimpo ilegal, entre outros) nos Estados da Amazônia, também foi encerrada, a despeito de um pedido para que fosse prorrogada. Cinquenta e seis organizações da sociedade civil²¹⁷, incluindo a Transparência Internacional Brasil, pediram que a FT fosse retomada e reforçada, após sua não renovação no início de 2021. Caso isso fosse inviável, as entidades sugeriram a criação de uma estrutura permanente dentro do Ministério Público Federal, dedicada ao combate de crimes na região amazônica e munida de um escopo mais amplo de atuação e coordenação.

Frente a críticas, o procurador-geral minimizou o encerramento do modelo de forças-tarefa²¹⁸, argumentando que uma nova estrutura, os GAE-COs (Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), iria absorver os integrantes das FTs e oferecer uma melhor estrutura institucional, supostamente mantendo garantias que existiam no modelo de força-tarefa, como

um mandato fixo para seus membros e planejamento de trabalho. O procurador-geral também alegou que os GAECOs resolveriam um problema de falta de institucionalidade que permeava o modelo de FTs.

Os GAECOs podem realmente ter um impacto positivo na estrutura do Ministério Público Federal, desde que devidamente equipados. Eles, no entanto, não substituem o modelo das forças-tarefa, especialmente importantes em casos que envolvem esquemas de crimes ambientais de grande escala, e investigações complexas de esquemas de macrocorrupção não associados à criminalidade organizada violenta, como a corrupção nos meios político e empresarial. Ambas as estruturas devem ser vistas como complementares, e não excludentes.

A Lei 12.850/2013 fortaleceu o uso da colaboração premiada na Justiça criminal brasileira e modificou radicalmente a realidade das investigações de macrocorrupção no país. As colaborações passaram a abrir novas linhas investigativas, identificando novos alvos que, por sua vez, também se tornavam colaboradores, resultando em uma dinâmica de ampliação exponencial do trabalho investigativo. Nesse novo cenário, a inovação do trabalho em equipe realizado pelas forças-tarefas de procuradores foi fundamental, já que seria impossível abarcar as novas potenciais frentes de investigação sob o modelo tradicional de investigações atomizadas conduzidas individualmente pelos procuradores. A especialização

e estrutura das forças-tarefa foram um avanço no sistema de Justiça do país, ainda que ajustes fossem necessários para garantir maior institucionalidade e, conseqüentemente, accountability na criação e funcionamento das forças-tarefa.

O fato de a administração Aras ter imposto a substituição das FTs pelos GAECOs, sem amplo debate, um plano estruturado que estabelecesse estruturas comuns entre os Estados nem uma transição gradual para garantir a continuidade dos trabalhos, gerou uma preocupação adicional. Esse contexto, somado ao fato de o Conselho Superior do Ministério Público Federal ainda não ter se debruçado sobre uma proposta interna que buscava aperfeiçoar as FTs, a partir de uma revisão técnica da experiência acumulada no uso destas estruturas, reforça a percepção de que a extinção do modelo de força-tarefa foi um movimento político em vez de uma tentativa real de sanar as deficiências do modelo anterior.

PONTOS POSITIVOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / PGR

- A Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal (5CCR/MPF) aprovou um roteiro²¹⁹, na forma de uma nota técnica dirigida a membros do MPF como "um primeiro norte na defesa do sistema anticorrupção" para a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, reformada pelo Congresso em 2021 com retrocessos no combate à corrupção (veja mais na seção Congresso Nacional).

PONTOS NEGATIVOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL / PGR

- Alinhamento sistemático da PGR com o governo Bolsonaro e retração histórica na participação da instituição no controle dos atos do governo;
- A descontinuidade do modelo de forças-tarefas e sua substituição pelos GAECOs, sem processo consultivo ou estudo técnico para orientar uma reforma institucional de grande impacto sobre acervo corrente de casos e capacidade futura de enfrentamento da macrocorrupção.



ESPAÇO CÍVICO

DETERIORAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Cada vez mais, o espaço cívico está sob pressão no país. A imprensa, os círculos acadêmicos e a sociedade civil organizada têm sido alvo do mesmo cenário de intimidação e retaliação que impactou órgãos de controle brasileiros (veja mais na seção Governo Federal). Entre os episódios recentes, há casos de montagem de dossiês contra opositores do governo²²⁰; investigações baseadas na Lei de Segurança Nacional²²¹, criada durante a ditadura militar no Brasil, e usada pelo governo Bolsonaro contra jornalistas e a oposição (a lei foi recentemente revogada pelo Congresso); e ataques coordenados de milícias digitais incitadas pelo discurso de ódio do presidente Bolsonaro, além de episódios de violência física contra a imprensa²²².

Um caso emblemático foi a abertura, pelo Ministério da Justiça, de um processo licitatório para a aquisição de um sistema de vigilância²²³, com a suposta intenção de contratar uma ferramenta para monitorar e relatar atividades do cidadão em redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. O procedimento excluiu órgãos normalmente responsáveis pela segurança nacional e assuntos de inteligência, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a Agência Brasileira de Inteligência

(ABIN) e os militares. Segundo a imprensa, a intenção era formar uma estrutura paralela de inteligência²²⁴ usando tecnologias de vigilância digital, como a contratação do Pegasus, um spyware ilegal fornecido pela empresa israelense NSO Group. Depois de muita pressão, inclusive uma representação da TI Brasil e outras organizações junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), em novembro, o Ministro Bruno Dantas do TCU suspendeu liminarmente o processo licitatório²²⁵.

Em dezembro, o presidente da SaferNet Brasil, organização que promove os direitos humanos na internet no Brasil, Thiago Tavares, declarou que deixaria o Brasil em exílio voluntário²²⁶, devido a ameaças de morte que recebeu após falar sobre neonazismo e interferência eleitoral em uma conferência em outubro. Antes de divulgar sua saída do país, a SaferNet identificou que o computador de Tavares havia sido infectado pelo malware Pegasus.

A deterioração do espaço cívico envolve também a campanha de desinformação pela disseminação de fake news pelo presidente²²⁷ e o desrespeito sistemático à Lei de Acesso à Informação (LAI). Em setembro, por um descuido de um assessor do governo, foi possível identificar a tentativa de omitir informações²²⁸ em uma resposta a um pedido de informação por meio da LAI e o receio de que envolveriam um "risco político" para o governo.

Em 2021, o governo decretou sigilo para informações que jogariam luz sobre a relação de integrantes da família Bolsonaro com o setor público. Em julho, após a imprensa ter solicitado, pela LAI, informações sobre crachás de acesso ao Palácio do Planalto obtidos por dois filhos do presidente, a Secretaria-Geral da Presidência decidiu impor sigilo de 100 anos sobre os dados²²⁹. Em outubro, o Exército colocou sob sigilo²³⁰, até o fim do mandato de Bolsonaro, informações referentes ao processo que autorizou a matrícula da filha mais nova do presidente no Colégio Militar de Brasília, sem passar pelo processo seletivo.

Os retrocessos na transparência também afetam amplamente os dados socioambientais: de acordo com um estudo realizado pelo Imaflora, Artigo 19 e ISA em 2021, das dez agências relevantes ligadas a dados ambientais, apenas três tinham uma política de dados aberta atualizada em 2020. O estudo também avaliou que apenas 15,5% das respostas aos pedidos de acesso à informação poderiam ser consideradas “satisfatórias”, pois muitas respostas estavam incompletas e as restrições não tinham uma base legal adequada. Além disso, continua o enfraquecimento do INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), instituição de referência para o monitoramento e a publicação de dados relativos à evolução das taxas de desmatamento. No início de janeiro de 2022, o INPE anunciou a descontinuação do seu programa de monitoramento do desmatamento no bioma Cerrado por falta

de recursos²³¹, embora a taxa de desmatamento nesse bioma tenha chegado ao seu maior nível desde 2015²³².

Por fim, o país virou o ano de 2021 para 2022 enfrentando um apagão de dados sobre a pandemia da Covid-19²³³ após um ataque hacker afetar os sistemas do Ministério da Saúde, gerando dificuldades de notificações de casos e mortes por Estados e municípios²³⁴.

Apesar das restrições e impedimentos para o acesso à informação, no último ano, é importante ressaltar o papel da imprensa na revelação de suspeitas de corrupção – por exemplo, relacionadas a negociações para a compra das vacinas contra a Covid-19²³⁵ – e da falta de transparência pelo governo. Um caso que ganhou especial destaque durante 2021 foi o chamado “orçamento secreto” (leia mais na seção Congresso Nacional), revelado e detalhado pelo repórter Breno Pires do jornal O Estado de S.Paulo²³⁶.

Em relação ao serviço público federal, a pesquisa de Gabriela Lotta e Mariana Silveira com o título “Attacks on The Bureaucracy Within Contexts of a Democratic Backsliding: Bolsonaro’s Government Oppression and Bureaucratic Reactions” realizou 125 entrevistas e questionários online com servidores públicos de diversos órgãos públicos que integram o governo federal. A pesquisa mostrou “os mecanismos pelos quais os burocratas estão sendo atacados e oprimidos por atores governamentais sob o regime de

Bolsonaro. As opressões exercidas pelo governo significam graves retrocessos não apenas em relação às rotinas burocráticas e suas condições de trabalho, mas também à continuidade das políticas e do estado de direito”.

Os resultados mostraram tanto a opressão governamental quanto as respostas e reações de servidores a tal investida por meio de uma abordagem relacional. Em relação à opressão governamental ao corpo da burocracia estatal federal, foram identificadas diferentes estratégias usadas por líderes políticos para moldar a burocracia. Entre essas estratégias, estão as práticas de (i) opressão física, (ii) opressão nas rotinas processuais e administrativas, (iii) opressão moral e social (iv) e táticas de apagar ou silenciar a voz dos burocratas.

Em relação às reações do corpo da burocracia, também foram identificadas estratégias específicas, tais como: (i) ações subversivas, (ii) resistência, (iii) práticas de sobrevivência e (iv) abandono. Nas entrevistas afirmou-se, em relação às formas de reação, que, às vezes, os servidores públicos envolvidos nas linhas de opressão passam mais tempo de suas horas de trabalho tentando contornar ou se proteger da opressão governamental do que realmente realizando seu trabalho.

A comunidade acadêmica brasileira também tem sido alvo de pressão, ameaças e perseguições²³⁷ nos últimos anos, incluindo interferência

sobre a nomeação de reitores, cortes orçamentários e abertura de investigações contra críticos de autoridades. Em um caso em específico, o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Conrado Hübner

Mendes virou alvo de denúncias criminais por calúnia, injúria e difamação por críticas em redes sociais e artigos publicados em um jornal contra o Procurador-Geral da República, Augusto Aras²³⁸, por omissões em favor do presidente Bolsonaro e o ministro do STF Kássio Nunes Marques²³⁹ por ter permitido cultos e missas durante a pandemia da Covid-19.

A deterioração é tamanha que o Brasil foi o país que teve o “declínio mais dramático”²⁴⁰, nos últimos cinco anos, na avaliação do Índice de Liberdade Acadêmica, a ponto de as entidades responsáveis pelo ranking questionarem a correção dos dados sobre o país, apesar de cancelar que há deterioração no setor.

Outro grave retrocesso é o desmantelamento de espaços institucionalizados de participação social. Pesquisa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) mostrou que, no governo Bolsonaro, 75% dos conselhos nacionais mais relevantes foram enfraquecidos ou extintos²⁴¹. Os órgãos participativos relacionados às políticas socioambientais foram igualmente afetados pela redução da participação social. De acordo com um levantamento feito pelas organizações Imaflora, ISA e Artigo 19, de 22 órgãos relevantes associados à política

socioambiental, quatro foram extintos e nove foram reestruturados para reduzir a representação da sociedade civil ou para dificultar sua participação nos processos decisórios²⁴².

De acordo com um ranking feito pela ONG Artigo 19, nos últimos cinco anos, o Brasil saiu de uma posição confortável entre os países com os melhores índices de liberdade de expressão para se tornar uma democracia em crise²⁴³. Outro relatório, divulgado no ano passado pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral²⁴⁴ (IDEA), posicionou o Brasil como a “democracia com maior número de atributos em declínio”.

Bastante grave ainda é a situação das violações de direitos humanos ligadas aos conflitos de terra, em que a grilagem e a extração ilegal de madeira, entre outros crimes ambientais, estão levando à expulsão e à violência contra as comunidades tradicionais. O último relatório da Global Witness²⁴⁵ sobre violência contra defensores da terra e do meio ambiente lembrou que o Brasil ainda está entre os lugares mais perigosos para estes grupos, ficando classificado em 4º lugar entre os países com o maior número de defensores da terra e da causa ambiental mortos. Em 2020, a organização registrou 20 assassinatos no país, um número provavelmente subestimado. O relatório também destaca o fracasso do Estado brasileiro em proteger defensores e denunciadores da terra e do meio ambiente, apesar de seu papel crítico na denúncia de crimes ambientais.

PONTOS POSITIVOS

ESPAÇO CÍVICO

- Apesar de ataques frequentes, incluindo ataques pessoais e agressões físicas, a imprensa brasileira teve papel crucial na revelação de esquemas de corrupção ligados à pandemia e o grave retrocesso na transparência e controle da alocação de recursos públicos no esquema conhecido como “orçamento secreto”;
- Suspensão liminar, pelo TCU, do processo licitatório para compra de um software espião pelo governo Bolsonaro.

PONTOS NEGATIVOS

ESPAÇO CÍVICO

- Violações reiteradas da Lei de Acesso à Informação, pela negativa ilegal de informações ou imposição injustificada de sigilo sobre dados públicos;
- Campanhas de desinformação, com disseminação sistemática de fake news por agentes e canais estatais;
- Monitoramento ilegal de cidadãos e denúncias de tentativa de montagem de aparato de inteligência clandestino.
- Desmanche de espaços institucionalizados de participação social, particularmente avançado na área de políticas ambientais.
- Ataques contínuos a ativistas, acadêmicos, servidores públicos e jornalistas com ações coordenadas de milícias digitais incitadas pelo discurso de ódio do presidente Bolsonaro e seus aliados, além de episódios de violência física e intimidação judicial.

NOTAS DE RODAPÉ

- 1 “Arquitetura jurídica da desresponsabilização” é expressão utilizada pela professora Eloísa Machado e a pesquisadora Luiza Pavan Ferraro, da FGV Direito SP, para descrever a retração histórica, por parte da Procuradoria-Geral da República, no controle constitucional dos atos da Presidência da República. Dados de suas pesquisas demonstram esta retração e foram publicados em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pgre-agu-se-alinham-na-defesa-de-atos-de-bolsonaro-aponta-estudo-sobre-aco-es-movidas-no-supremo.shtml>
- 2 <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/retrospectiva-brasil-2020>
- 3 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-frauda-lei-de-acesso-a-informacao-por-risco-politico,70003843822>
- 4 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,orcamento-secreto-de-bolsonaro-entenda-o-passo-a-passo-do-esquema,70003708734>
- 5 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/14/lula-tem-48percent-das-intencoes-de-voto-para-presidente-bolsonaro-tem-21percent-diz-ipecc.html>
- 6 <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-quer-panelaco-da-esquerda-comemorar-3-anos-sem-corrupcao>
- 7 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/servidor-aponta-pessao-atipica-por-contrato-de-vacina-na-gestao-pazuella-e-cpi-investiga-favorecimento.shtml>
- 8 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>
- 9 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/fora-da-agenda-pazuella-negociou-coronavac-com-intermediaria-e-pelo-triplo-do-preco-veja-video.shtml>
- 10 <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/20/renan-registra-relatorio-final-no-sistema-do-senado.ghtml>
- 11 <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/10/20/prevaricacao-o-que-e-saiba-significado-e-qual-a-pena-para-crime-pelo-qual-cpi-da-covid-pede-indiciamento-de-bolsonaro-218102>
- 12 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/28/covaxin-senadores-pedem-ao-stf-que-abra-inquerito-sobre-suposta-prevaricacao-de-bolsonaro.ghtml>
- 13 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/pgre-se-opoe-a-abertura-de-inquerito-contrabolsonaro-sobre-casocovaxin-antes-de-fim-de-cpi.shtml>
- 14 <https://www.conjur.com.br/2021-jul-02/rosa-rejeita-pedido-pgre-investigar-bolsonaro-cpi>
- 15 <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/alvo-de-investigacoes-ricardo-salles-pede-demissao-1-25073967>
- 16 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contrabexportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>
- 17 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/19/moraes-cita-movimentacao-extremamente-atipica-em-escritorio-do-qual-salles-e-socio-ao-quebrar-sigilo-do-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>
- 18 <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/05/19/moraes-cita-movimentacao-extremamente-atipica-em-escritorio-do-qual-salles-e-socio-ao-quebrar-sigilo-do-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>
- 19 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ricardo-salles-pediu-demissao-apos-saber-que-seriapreso,70003759829>
- 20 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/20/investigacao-de-ricardo-salles-deixa-stf-e-vai-para-a-justica-dopara-decide-alexandre-de-moraes.ghtml>
- 21 <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-atribui-a-ricardo-salles-obstrucao-de-investigacao-ambiental-favorecimento-de-madeireiros-e-organizacao-criminosa/>
- 22 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/12/operacao-da-pf-faz-a-maior-apreensao-de-madeira-da-historia.shtml>
- 23 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/15/superintendente-da-pf-no-amazonas-que-apresentounoticia-crime-contrasalles-e-substituido.ghtml>
- 24 <https://www.oc.eco.br/orcamento-meio-ambiente-e-o-menor-em-21-anos/>
- 25 <https://climainfo.org.br/2021/11/19/desmatamento-na-amazonia-supera-a-marca-de-13-mil-km2-e-cresce-22-em-2020-21-aponta-prodes/#:~:text=21%2C%20aponta%20PRODES-,Desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia%20supera%20a%20marca%20de%2013%20mil%20km2,em%202020%2D21%2C%20aponta%20PRODES&text=No%20passado%2C%20quando%20o%20desmatamento,sucesso%20de%20sua%20pol%C3%ADtica%20ambiental.>
- 26 https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/pb_wwf_pt.pdf
- 27 <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-comemora-reducao-de-80-das-multas-no-campo-paramos-de-ter-problemas-com-questao-ambiental-25357722>
- 28 <https://www.dw.com/es/ong-denuncia-a-jair-bolsonaro-ante-la-cpi-por-deforestaci%C3%B3n-de-la-amazon%C3%ADa/a-59477365>
- 29 <https://cimi.org.br/2021/08/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>
- 30 <http://enccla.camara.leg.br/aco-es>
- 31 <http://enccla.camara.leg.br/aco-es/arquivos/resultados-enccla-2021/e2021a10-resumo-recomendacoes-gt>
- 32 <http://enccla.camara.leg.br/aco-es/arquivos/resultados-enccla-2021/e2021a3-r4-proposicao-de-aprimoramento-normativo-de-regulacao-fiscalizacao-e-controle>
- 33 <http://enccla.camara.leg.br/aco-es>
- 34 <https://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/German-Presidency-Priorities.pdf>
- 35 <https://www.fatf-gafi.org/publications/methodsandtrends/documents/money-laundering-from-environmental-crime.html>
- 36 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58783951>
- 37 <https://then24.com/2021/10/05/pandora-papers-brazilian-justice-investigates-guedes/>
- 38 <https://www.reuters.com/world/brazils-guedes-show-prosecutors-he-did-nothing-wrong-regarding-offshore-2021-10-06/>
- 39 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/dono-de-offshore-guedes-defendeu-excluir-taxacao-de-paraisofiscal-de-proposta-do-ir-veja-video.shtml>
- 40 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/guedes-e-campos-neto-dizem-que-empresas-no-exterior-foram-declaradas>
- 41 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/campos-neto-reafirma-ter-declarado-offshore-e-fala-em-seguir-adiante-com-agenda.shtml>

- 42 <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>
- 43 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/supremo-forma-maioria-para-manter-decisao-de-fachin-e-deixar-lula-apto-para-disputar-eleicao-de-2022.shtml>
- 44 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/05/4922790-bolsonaro-diz-que-sem-voto-impresso-nao-tem-eleicao-em-2022.html>
- 45 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/desfile-militar-em-dia-do-voto-impresso-dura-10-minutos-e-tem-bolsonaro-no-alto-da-rampa-do-planalto.shtml>
- 46 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/voto-impresso-significa-voto-fraudavel-afirma-ministro-barroso-em-coletiva>
- 47 <https://www.camara.leg.br/noticias/792343-camara-rejeita-proposta-que-tornava-obrigatorio-o-voto-impresso/>
- 48 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml>
- 49 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-metade-dos-brasileiros-diz-acreditar-que-bolsonaro-pode-dar-golpe.shtml>
- 50 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/04/saiba-proximos-passos-de-inquerito-sobre-bolsonaro-no-tse-e-do-pedido-para-incluir-o-presidente-na-investigacao-das-fake-news.ghtml>
- 51 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/tse-mira-bolsonaro-e-abre-inquerito-para-apurar-acusacoes-de-supostas-fraudes-nas-urnas.shtml>
- 52 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/04/moraes-inclui-bolsonaro-em-inquerito-de-fake-news-por-ataques-as-urnas-eletronicas.ghtml>
- 53 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/pf-faz-buscas-em-enderecos-do-cantor-sergio-reis-e-de-deputado-bolsonarista.shtml>
- 54 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/bolsonaro-ignora-apelos-e-formaliza-denuncia-contramoraes-do-stf-em-dia-de-operacao-que-mira-aliados.shtml>
- 55 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/25/pacheco-rejeita-pedido-de-bolsonaro-por-impeachment-de-moraes>
- 56 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/01/crise-derruba-popularidade-de-bolsonaro-aponta-datafolha.shtml>
- 57 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/reprovacao-de-bolsonaro-segue-em-53-maior-nivel-desde-o-inicio-do-mandato/>
- 58 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/reprovacao-de-bolsonaro-segue-em-53-maior-nivel-desde-o-inicio-do-mandato/>
- 59 <https://tudo-sobre.estadao.com.br/orcamento-secreto>
- 60 <https://transparenciainternacional.org.br/retrocessos/>
- 61 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/ao-anunciar-demissao-moro-critica-interferencia-de-bolsonaro-na-pf-e-destaca-autonomia-em-gestos-do-pt.shtml>
- 62 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-aparelho/>
- 63 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/rosa-weber-suspende-inquerito-aberto-pelo-stj-para-investigar-procuradores-da-lava-jato.ghtml>
- 64 <https://oglobo.globo.com/politica/ministerio-da-justica-oficializa-troca-da-superintendencia-da-pf-no-df-responsavel-por-inqueritos-contrabolsonaro-1-25230410>
- 65 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/04/troca-na-chefia-da-pf-de-sp-e-vista-com-desconfianca-por-pessao-de-bolsonaro-para-acao-contradoria.shtml>
- 66 <https://oglobo.globo.com/brasil/direcao-da-pf-substitui-delegado-que-apontou-ilegalidades-em-inquerito-do-stj-contralava-jato-1-24970472>
- 67 <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/14/policia-federal-apresenta-queixa-crime-contraricardo-salles.ghtml>
- 68 <https://oeco.org.br/salada-verde/delegado-que-lidera-investigacao-contrasalles-perde-cargo-de-chefia-na-pf/>
- 69 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4962260-delegada-da-pf-responsavel-por-extradicao-de-allan-dos-santos-e-exonerada.html>
- 70 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4962260-delegada-da-pf-responsavel-por-extradicao-de-allan-dos-santos-e-exonerada.html>
- 71 <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/secretario-de-justica-tentou-interferir-no-processo-de-extradicao-do-blogueiro-allan-dos-santos.html>
- 72 https://cultura.uol.com.br/noticias/44592_pf-exonera-delegada-que-trabalhou-junto-com-a-interpol-no-caso-de-allan-dos-santos.html
- 73 <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/ordem-para-tirar-o-secretario-da-receita-veio-de-bolsonaro.html>
- 74 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/flavio-bolsonaro-tenta-indicar-novo-corregedor-da-receita-central-em-sua-defesa-nas-rachadinhas.shtml>
- 75 <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/defesa-de-flavio-leva-bolsonaro-suspeita-que-pode-anular-caso-queiroz-governo-se-mobiliza-para-encontrar-prova-24706926>
- 76 <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/ordem-para-tirar-o-secretario-da-receita-veio-de-bolsonaro.html>
- 77 <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/os-bastidores-da-troca-do-chefe-da-receita-federal.html>
- 78 <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/governo-atende-stf-e-publica-portaria-para-exigir-passaporte-da-vacina-contracovid.shtml>
- 79 <https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-coronavac-retoma-idLTKBN27R23U>
- 80 <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/12/4972234-queiroga-defende-que-nomes-de-tecnicos-da-anvisa-sejam-divulgados.html>
- 81 <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/12/4972234-queiroga-defende-que-nomes-de-tecnicos-da-anvisa-sejam-divulgados.html>
- 82 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/24/moraes-manda-bolsonaro-prestar-informacoes-sobre-intencao-de-expor-nomes-de-tecnicos-da-anvisa.ghtml>
- 83 <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-nomeia-alexandre-barreto-como-superintendente-geral-do-cade/>
- 84 <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-nomeia-alexandre-barreto-como-superintendente-geral-do-cade/>
- 85 <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/senado-nao-vota-e-ex-presidente-do-cade-tera-de-voltar-ao-tcu>
- 86 <https://cgmlaw.com.br/a-danca-das-cadeiras-e-outras-mudancas-no-cade-o-que-esperar/>
- 87 <https://images.jota.info/wp-content/uploads/2021/12/pl-4391-2021.pdf>
- 88 <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.890-de-9-de-dezembro-de-2021-366038708>
- 89 <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.889-de-9-de-dezembro-de-2021-366039278>
- 90 https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1101277/do1-2017-12-18-resolucao-n-11-de-11-de-dezembro-de-2017-1101273-1101273
- 91 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/16/75percent-dos-orgaos-federais-descumprem-regras-ou-nao-preenchem-relatorios-sobre-publicacao-de-agendas-revela-cgu.ghtml>
- 92 <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/12/portal-da-transparencia-publica-notas-fiscais-de-compras-do-governo-federal>

- 93 <https://www.gov.br/cgu/pt-br/anticorruptcao/PLANOANTICORRUPCAOBOLETIMDEZ2021.pdf>
- 94 file:///Users/johannanublat/Downloads/Sumario_executivo%20-%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de%20Riscos.pdf
- 95 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-coaf-n-40-de-22-de-novembro-de-2021-361264576>
- 96 <https://www.gov.br/coaf/pt-br/aceso-a-informacao/Institucional/a-atividade-de-supervisao/regulacao/supervisao/normas-1/instrucao-normativa-coaf-no-7-de-9-de-abril-de-202#:~:text=Divulga%20instru%C3%A7%C3%B5es%20complementares%20para%20o,do%20C2%A7%201%C2%BA%20do%20art.>
- 97 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-coaf-n-36-de-10-de-marco-de-2021-307765911>
- 98 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/09/entenda-o-orcamento-secreto.ghtml>
- 99 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/congresso-remanejou-verba-social-para-privilegiar-obras-as-vesperas-de-pec-dos-precatorios.shtml>
- 100 <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/orcamento-secreto-foi-de-r-16-bilhoes-em-2021>
- 101 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-cria-orcamento-secreto-em-troca-de-apoio-do-congresso,70003708713>
- 102 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/rosa-weber-do-stf-suspende-emendas-de-relator-no-congresso.shtml>
- 103 <https://www.poder360.com.br/congresso/por-8-a-2-stf-suspende-execucao-das-emendas-do-relator/>
- 104 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/29/congresso-regras-orcamento-secreto.ghtml>
- 105 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/29/congresso-regras-orcamento-secreto.ghtml>
- 106 <https://www.camara.leg.br/noticias/834976-emendas-de-relator-vaio-atender-20-programacoes-com-r-162-bilhoes-em-2022/>
- 107 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/emendas-relator/>
- 108 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/liberacao-de-verba-politica-teve-picos-em-negociacoes-chave-para-lira-e-bolsonaro.shtml>
- 109 <https://theintercept.com/2021/11/20/delegado-waldir-orcamento-secreto-eleicao-lira-emenda-relator/>
- 110 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4974684-por-ora-centrao-deve-continuar-de-maos-dadas-com-bolsonaro.html>
- 111 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,guardiao-do-orcamento-secreto-lira-consolida-apoio-a-bolsonaro-na-camara,70003937169>
- 112 <https://extra.globo.com/noticias/brasil/em-meio-queda-de-popularidade-bolsonaro-abraca-aos-poucos-politica-tradicional-rv1-1-25135829.html>
- 113 <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/bolsonaro-da-poder-a-ciro-nogueira-e-entrega-orcamento-ao-centrao/>
- 114 <https://www.poder360.com.br/governo/cotado-a-casa-civil-ciro-nogueira-tem-duas-denuncias-pendentes-no-stf/>
- 115 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4959345-pgr-reforca-denuncia-contra-ciro-nogueira-por-propinas-de-rs-74-mi-da-odebrecht.html>
- 116 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/20/segunda-turma-do-stf-rejeita-denuncia-contra-ciro-nogueira-por-obstrucao-de-investigacao.ghtml>
- 117 <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/propina-da-jf-ciro-nogueira-vai-depor-a-pf-no-proximo-dia-29>
- 118 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/lira-proibe-camara-de-fornecer-resultado-da-manobra-para-aprovar-pec-dos-precatorios.shtml>
- 119 <https://www.camara.leg.br/noticias/814238-camara-aprova-projeto-que-revisa-a-lei-de-improbidade-administrativa-texto-segue-para-sancao/>
- 120 https://br.noticias.yahoo.com/nova-regra-beneficia-lira-e-063500390.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAANyPheIBJoMB5ntB07Ula0W0xbe3WS4PIKLP7p_EAJM2kfA_PYU2TPaii3E0IO03cMVk4NikNGLFMU3hnDyp0sAR8KRH4gCZgdhyuGjAE5jqL8D-Ywpc8JV8hD-i4GfaTPurUeImCJWcmi_-gGNbvdpnV75xmHmrCvkvwUjYuSy
- 121 <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2019/11/28/fundo-eleitoral-x-fundo-partidario-entenda-as-diferencas-e-como-ficam-as-novas-regras.ghtml>
- 122 <https://oglobo.globo.com/politica/congresso-aprova-fundo-eleitoral-em-2022-de-57-bilhoes-triplo-das-eleicoes-em-2018-25111132>
- 123 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/17/congresso-veto-r-57-bilhoes-fundo-eleitoral-2022.ghtml>
- 124 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/com-fundo-eleitoral-de-r-57-bi-brasil-sobe-ao-topo-mundial-do-gasto-publico-com-campanhas.shtml>
- 125 Em relação aos partidos políticos, a reforma da Lei de Improbidade Administrativa excluiu do seu alcance, nos termos do novo art. 23-C, os “atos que ensejem enriquecimento ilícito, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de recursos públicos dos partidos políticos, ou de suas fundações”, limitando as possibilidades de responsabilização à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Ver https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm
- 126 <https://www.camara.leg.br/noticias/758863-CAMARA-APROVA-NOVAS-REGRAS-PARA-O-LICENCIAMENTO-AMBIENTAL>
- 127 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/19/em-audiencia-conjunta-projeto-de-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-segue-sem-consenso>
- 128 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/19/em-audiencia-conjunta-projeto-de-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-segue-sem-consenso>
- 129 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/projeto-de-lei-geral-do-licenciamento-fara-desmatamento-explodir-diz-analise-do-isa-e-ufmg>
- 130 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/camara-aprova-texto-principal-de-projeto-que-praticamente-acaba-com-licenciamento-ambiental>
- 131 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/03/camara-aprova-texto-base-de-projeto-que-amplia-regularizacao-de-terras-publicas-sem-vistoria.ghtml>
- 132 <https://transparenciainternacional.org.br/grilagem/>
- 133 http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Sparovek_Rajao%20et%20al_20_Analise%20MP910.pdf
- 134 <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/08/05/entenda-o-que-esta-em-jogo-no-projeto-de-regularizacao-de-terras-publicas-aprovado-na-camara.ghtml>
- 135 <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-8-desmatamento-fogo-e-pecuaria-em-terras-publicas/>
- 136 <https://transparenciainternacional.org.br/grilagem/>
- 137 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2203957>
- 138 <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-acaba-com-sigilo-fiscal-de-incentivo-tributario-para-empresas>
- 139 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457539&filename=PLP+280/2016
- 140 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/sem-aprovar-medidas-propostas-barbosa-deixa-ministerio-da-fazenda.html>
- 141 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/stf-forma-maioria-a-favor-da-apresentacao-do-passaporte-vacinal/>
- 142 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/16/moraes-determina-prisao-imediata-de-deputado-que-fez-video-atacando-ministros-do-stf.ghtml>

- 143 <https://www.poder360.com.br/congresso/leia-a-transcricao-do-que-disse-daniel-silveira-e-o-que-levou-o-stf-a-prende-lo/>
- 144 O Ato Institucional nº 5 foi um decreto editado em 1968 pelo regime militar que havia sido instaurado no Brasil através do golpe de estado de 1964. O AI-5 é início o período mais duro da ditadura e se torna uma ferramenta de intimidação contra a oposição no mundo da política e contra as vozes dissonantes na sociedade. Através do AI-5, o governo determinou o fechamento do Congresso Nacional e passou a autorizar a decretação de estado de sítio por tempo indeterminado, cassação de mandatos parlamentares, aposentadoria compulsória de juizes, confisco de bens privados além da censura aos meios de comunicação e a tortura como método regularmente praticado.
- 145 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/moraes-do-stf-solta-deputado-bolsonarista-daniel-silveira-e-proibe-acesso-a-redes-sociais.shtml>
- 146 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/01/moraes-arquiva-inquerito-dos-atos-antidemocraticos-no-stf-e-abre-novo-inquerito-sobre-organizacao-criminosa-contra-a-democracia.ghtml>
- 147 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/pgr-pede-ao-stf-arquivamento-de-investigacao-de-bolsonaristas-no-inquerito-dos-atos-antidemocraticos.shtml>
- 148 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/pgr-pede-ao-stf-arquivamento-de-investigacao-de-bolsonaristas-no-inquerito-dos-atos-antidemocraticos.shtml>
- 149 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/01/moraes-arquiva-inquerito-dos-atos-antidemocraticos-no-stf-e-abre-novo-inquerito-sobre-organizacao-criminosa-contra-a-democracia.ghtml>
- 150 <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/08/05/em-live-bolsonaro-repete-desinformacao-sobre-urnas-eletronicas-e-barroso.htm>
- 151 <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-promoveu-desinformacao-defendeu-teorias-da-conspiracao-em-live-sobre-urnas-diz-pf-1-25322344>
- 152 <https://www.nexojornal.com.br/extra/2021/08/09/Militares-fazem-desfile-de-tanques-na-votacao-do-voto-impresso>
- 153 <https://oglobo.globo.com/politica/tse-abre-investigacao-sobre-ataques-de-bolsonaro-as-urnas-pede-ao-stf-que-apure-caso-no-inquerito-das-fake-news-25137974>
- 154 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/04/bolsonaro-e-incluido-no-inquerito-das-fake-news-os-principais-pontos-da-decisao-de-moraes.ghtml>
- 155 https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/03/interna_internacional,1328405/stf-abre-inquerito-contra-bolsonaro-por-fake-news-sobre-vacinacao-e-aids.shtml
- 156 <https://oglobo.globo.com/politica/tse-cassa-deputado-bolsonarista-que-propagou-noticias-falsas-sobre-urnas-eletronicas-25255236>
- 157 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Outubro/plenario-cassa-deputado-francischini-por-propagar-desinformacao-contra-o-sistema-eletronico-de-votacao>
- 158 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/15/tse-proibe-envio-em-massa-de-propaganda-por-aplicativos-nas-eleicoes-de-2022.ghtml>
- 159 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>
- 160 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Setembro/tse-cria-comissao-para-ampliar-fiscalizacao-e-transparencia-do-processo-eleitoral>
- 161 <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Novembro/teste-publico-de-seguranca-e-prorrogado-por-mais-um-dia-a-pedido-de-grupo-de-investigadores>
- 162 <https://www.poder360.com.br/justica/stf-forma-maioria-para-anular-decisoes-da-justica-de-curitiba-contra-lula/>
- 163 <https://www.poder360.com.br/justica/stf-forma-maioria-para-anular-decisoes-da-justica-de-curitiba-contra-lula/>
- 164 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>
- 165 <https://oglobo.globo.com/politica/lula/mpf-reconhece-prescricao-em-acusacoes-contra-lula-pede-arquivamento-do-processo-do-triplex-do-guaruja-1-25309030>
- 166 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/06/gilmar-estende-suspeicao-de-moro-para-todos-os-processos-em-que-ex-juiz-atuou-contra-lula.shtml>
- 167 <https://www.dw.com/pt-br/justica-federal-rejeita-nova-denuncia-contra-lula-sobre-s%C3%ADtio-em-atibaia/a-58952329>
- 168 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/lava-jato-de-moro-e-deltan-enfrentou-decadencia-entenda-as-polemicas.shtml>
- 169 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/lava-jato-de-moro-e-deltan-enfrentou-decadencia-entenda-as-polemicas.shtml>
- 170 <https://www.conjur.com.br/2019-mar-14/supremo-mantem-julgamento-crimes-comuns-justica-eleitoral>
- 171 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/14/segunda-turma-do-stf-envia-processo-de-eduardo-cunha-a-justica-eleitoral-do-rio.ghtml>
- 172 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/14/segunda-turma-do-stf-envia-processo-de-eduardo-cunha-a-justica-eleitoral-do-rio.ghtml>
- 173 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha-por-450-votos-10.html>
- 174 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/12/07/trf-1-anula-condenacao-de-eduardo-cunha-e-henrique-eduardo-alves-por-esquema-de-propina.ghtml>
- 175 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/tribunal-anula-maior-condenacao-contra-eduardo-cunha.shtml>
- 176 <https://oglobo.globo.com/politica/derrotas-em-serie-expoem-inseguranca-juridica-para-futuro-de-processos-da-lava-jato-25311775>
- 177 <https://oglobo.globo.com/politica/justica-anula-condenacoes-de-eduardo-cunha-henrique-alves-por-suposta-corrupcao-na-caixa-25309900>
- 178 <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2021/12/01/lava-jato-stj-anula-condenacoes-de-palloci-vaccari-e-outros-13-reus-e-envia-processo-a-justica-eleitoral.ghtml>
- 179 <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-04/flavio-bolsonaro-e-denunciado-por-lavagem-dinheiro-e-organizacao-criminosa-no-caso-da-rachadinha.html>
- 180 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/stf-mantem-foro-especial-de-flavio-bolsonaro-em-investigacao-de-rachadinha.shtml>
- 181 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/02/23/recursos-flavio-bolsonaro-stj.ghtml>
- 182 <https://www.jota.info/legislativo/stj-anula-decisoes-de-juiz-e-provas-contra-flavio-bolsonaro-no-caso-das-rachadinhas-09112021>
- 183 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/stf-mantem-foro-especial-de-flavio-bolsonaro-em-investigacao-de-rachadinha.shtml>
- 184 <https://oglobo.globo.com/politica/rachadinha-stf-anula-maioria-dos-relatorios-do-coaf-mantem-foro-privilegiado-de-flavio-bolsonaro-25299538>
- 185 <https://www.conjur.com.br/2021-nov-30/anulados-relatorios-coaf-flavio-bolsonaro-rachadinhas>
- 186 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/05/pf-pede-ao-stf-abertura-de-inquerito-para-investigar-suspeita-de-pagamentos-a-toffoli-por-venda-de-decisoes.shtml>
- 187 <https://oglobo.globo.com/politica/fachin-arquiva-pedido-de-investigacao-contra-toffoli-proibe-apuracao-da-pf-baseada-em-delacao-de-cabral-25019153>

188 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/entenda-a-delacao-de-sergio-cabral-e-o-pedido-de-investigacao-sobre-toffoli.shtml>

189 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/stf-forma-maioria-para-anular-delacao-de-cabral-que-cita-toffoli.shtml>

190 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/alcolumbre-resiste-a-pautar-sabatina-de-mendonca-ao-stf-apesar-de-mutirao-de-pacheco.shtml>

191 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57744271>

192 <https://noticias.uol.com.br/colunas/thais-oyama/2021/05/13/congresso-pressiona-bolsonaro-contra-mendonca-no-stf-sera-o-novo-fachin.htm>

193 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/acao-sigilosa-do-governo-mira-professores-e-policiais-antifascistas.shtml>

194 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/sob-bolsonaro-ministerio-da-justica-tem-atuacao-ideologica-eskorada-na-lei-de-seguranca-nacional.shtml>

195 <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-comemora-chegada-do-terrivelmente-evangelico-mendonca-ao-stf/>

196 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/na-vida-a-biblia-no-supremo-a-constituicao-veja-respostas-de-mendonca-na-ccj/>

197 <https://www.migalhas.com.br/quentes/343603/oab-decide-que-advocacia-nao-se-submete-a-lei-de-lavagem>

198 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/09/policia-federal-cumpre-mandados-no-rio.ghtml>

199 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/dezenas-de-magistrados-advogados-e-empresarios-estao-em-delacao-inedita-de-desembargadora.shtml>

200 <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/10/14/operacao-faroeste-delacao-de-desembargadora-baiana-cita-magistrados-do-tj-ba-advogados-e-presidente-da-cpmi-das-fakes-news.ghtml>

201 <https://www.jota.info/stf/do-supremo/rosa-weber-concede-liminar-e-suspender-decreto-que-reduziu-membros-do-conama-18122021>

202 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pgr-e-agu-se-alinham-na-defesa-de-atos-de-bolsonaro-aponta-estudo-sobre-aco-es-movidas-no-supremo.shtml>

203 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4942221-subprocuradores-gerais-dizem-que-aras-nao-pode-assistir-pacificamente-ataques-ao-stf.html>

204 <https://oglobo.globo.com/politica/alexandre-de-moraes-arquiva-pedido-de-investigacao-de-senadores-contra-aras-1-25167319>

205 <https://www.conjur.com.br/2021-ago-14/subprocuradores-aposentados-acusam-aras-omissao-csmfp>

206 <https://oglobo.globo.com/politica/membros-do-conselho-superior-do-mpf-acionam-stf-para-que-pedido-de-investigacao-contra-aras-seja-analisado-1-25167349>

207 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/aras-e-convidado-pelo-senado-a-explicar-rumos-do-relatorio-da-cpi-da-covid.shtml>

208 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/aras-e-convidado-pelo-senado-a-explicar-rumos-do-relatorio-da-cpi-da-covid.shtml>

209 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/11/aras-entrega-ao-stf-10-pedidos-sobre-relatorio-da-cpi-da-covid.shtml>

210 <https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=for%C3%A7a+tarefa+lava+jato+precoupa%C3%A7ao+renova%C3%A7ao+curto+prazo&ie=UTF-8&oe=UTF-8>

211 <https://exame.com/brasil/lava-jato-em-curitiba-chega-ao-fim-e-passa-a-integrar-grupo-anticrime-organizado/>

212 <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lava-jato-rio-de-janeiro-forca-tarefa-chega-ao-fim/>

213 <https://www.google.com/search?client=safari&rls=en&q=sete+procuradores+lava+jato+sao+promotora&ie=UTF-8&oe=UTF-8>

214 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/01/21/aras-encerra-operacao-greenfield-com-55percent-das-metas-pendentes.ghtml>

215 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/01/21/aras-encerra-operacao-greenfield-com-55percent-das-metas-pendentes.ghtml>

216 <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/forca-tarefa-amazonia-apresenta-balanco-de-dois-anos-de-atuacao-no-combate-ao-crime-na-regiao>

217 <https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2021/07/21/em-carta-56-ongs-cobram-que-mpf-retome-forca-tarefa-na-amazonia/>

218 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/02/apos-dissolver-lava-jato-aras-diz-que-forca-tarefa-so-mudou-de-nome.shtml>

219 <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/NTOrientao12.2021.pdf>

220 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/20/stf-forma-maioria-para-proibir-ministerio-da-justica-de-produzir-dossie-contra-antifascistas.ghtml>

221 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/sob-bolsonaro-ministerio-da-justica-tem-atuacao-ideologica-eskorada-na-lei-de-seguranca-nacional.shtml>

222 <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/truculencia-do-ataque-imprensa.html>

223 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/25/empresa-de-software-espiaopegasus-deixa-edital-que-e-rodeado-de-incertezas.htm>

224 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/11/tcu-suspensao-compra-governo.htm>

225 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/11/tcu-suspensao-compra-governo.htm>

226 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,safernet-thiago-tavares-presidente-tse-fake-news,70003919318>

227 <https://www.metropoles.com/brasil/youtube-ja-deletou-33-videos-de-bolsonaro-por-fake-news-sobre-covid>

228 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-frauda-lei-de-acesso-a-informacao-por-risco-politico,70003843822>

229 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/31/governo-impoe-sigilo-de-cem-anos-sobre-crachas-de-acesso-dos-filhos-de-bolsonaro-ao-planalto.ghtml>

230 <https://www.correiobraziliense.com.br/https://www-correiobraziliense-com-br/euestudante/educacao-basica/2021/10/4959133-exercito-impoe-sigilo-a-documentos-de-matricula-da-filha-de-bolsonaro.html>

231 <https://oeco.org.br/noticias/falta-de-verba-forca-inpe-a-parar-o-monitoramento-do-cerrado-a-partir-de-abril/>

232 <https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/>

233 <https://oglobo.globo.com/saude/apagao-de-dados-sobre-pandemia-de-covid-19-agrava-cenario-sanitario-no-pais-25341738>

234 <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2022/01/apagao-de-dados-pode-esconder-explosao-de-covid-segundo-especialistas.shtml>

235 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pedi-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml>

236 <https://www.abraji.org.br/noticias/reportagens-sao-base-para-inicio-de-investigacoes-sobre-poder-publico>

237 <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2021/12/SAR-Free-to-Think-2021-Brazil-PT.pdf>

238 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/01/aras-e-a-antessala-de-bolsonaro-no-tribunal-penal-internacional.shtml>

- 239 <https://static.poder360.com.br/2021/07/O-STF-come-o-pao-que-o-STF-amassou-ComradoHubner-06abr2021.pdf>
- 240 https://www.gppi.net/media/KinzelbachEtAl_2021_Free_Universities_AFi-2020.pdf
- 241 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comites-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml>
- 242 <https://capture.dropbox.com/rlpGjpFg973M4iTi?src=ss>
- 243 <https://artigo19.org/2021/07/29/relatorio-global-de-liberdade-de-expressao-2020-2021/>
- 244 Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral
- 245 <https://www.globalwitness.org/pt/global-witness-reports-227-land-and-environmental-activists-murdered-single-year-worst-figure-record-pt/>

JUNTE-SE A NÓS

Engaje

Siga as nossas redes e se mantenha atualizado no que estamos fazendo para promover transparência e integridade no Brasil.

 **ti_interbr**

 **transparencia-internacional-brasil**

 **transparenciainternacionalbr**

 **transparenciainternacionalbrasil**

Doe

Sua contribuição nos ajuda a lutar por um mundo mais justo, íntegro e transparente, promovendo as melhores práticas anti-corrupção e trazendo luz para o que pode ser feito em face de retrocessos. Combater a corrupção é lutar por um mundo onde todos os direitos são respeitados.

transparenciainternacional.org.br/doe



Transparência Internacional - Brasil
Associação Transparência e Integridade
Av. Brigadeiro Luis Antonio, 2367 - Sala 514
São Paulo, SP